

S B A

REVISTA DE CULTURA

SÃO BRÁS DE ALPORTEL

EDIÇÃO Nº1 • OUTONO DE 2020

S B A

REVISTA DE CULTURA

SÃO BRÁS DE ALPORTEL

EDIÇÃO Nº1 • OUTONO DE 2020

06

A PAISAGEM SÃO-BRASENSE

José d'Encarnação

08

TERRITÓRIO E PESSOAS

José do Carmo Correia Martins

09

JOSÉ PEREIRA DA MACHADA JÚNIOR

José Manuel Antonino Belchior

12

VIVÊNCIAS NO CENTRO DO UNIVERSO

César da Luz Dias Correia

17

A MATAÇÃO DO PORCO

Júlia da Graça Guerreiro Dias Neves

19

A ADEGA DO TI JOÃO NEVES

Francisco Dias Neves

23

AS CASAS BANCÁRIAS NO ALGARVE

Virgílio Gonçalves Martins

34

HISTÓRIA DO EXTERNATO S. BRÁS

José Amândio Afonso Pereira

38

CELEBRAR ESTANCO LOURO

Maria Manuel Valagão

42

**A AÇÃO MECENÁTICA DE
DOM LUIZ BRAMÃO**

Emanuel Andrade Correia Sancho

Por opção expressa dos autores, alguns dos textos constantes desta Revista não seguem o Acordo Ortográfico celebrado em 1990 entre os países de expressão portuguesa.

ESTATUTO EDITORIAL

- **SBA Revista de Cultura** nasce da vontade de um grupo de são-brasenses profundamente empenhados em preservar a identidade são-brasense.
- **SBA Revista de Cultura** propõe, por isso, a reflexão sobre o que consubstancia essa identidade, que está na base da elevação de S. Brás de Alportel a concelho em 1914.
- Os responsáveis por **SBA Revista de Cultura** comprometem-se, como tal, a investigar e a dar a conhecer todos os componentes dessa identidade, unificados amiúde na expressão 'património cultural'. O artesanato, os ofícios e mesteres tradicionais, o diligente aproveitamento dos recursos naturais na óptica da sua valorização, as lendas e tradições orais, as festividades, enfim, essas e as demais componentes do património e da memória colectiva serão privilegiadamente acarinhadas.
- **SBA Revista de Cultura** compromete-se a defender a sua autonomia em relação ao poder político e a ser independente de todos os poderes.
- Será timbre de **SBA Revista de Cultura** o apoio a todas as iniciativas que se integrem nos seus objectivos.
- **SBA Revista de Cultura** não visa fins lucrativos e compromete-se a respeitar o código deontológico que rege as publicações periódicas.
- É intenção dos promotores que **SBA Revista de Cultura** tenha periodicidade semestral, a coincidir com o aniversário da criação do concelho e com o período natalício.

A paisagem são-brasense

– Património a acarinhar!

Extasiava-me, do pátio de trás da casa de minha avó, no Cerrito, a olhar para a banda dos Vilarinhos e a espriar a vista desde a Gralheira ao Malhão, quedando-me, em prece, no vulto da igreja de S. Romão.

Embevecia-me aquele sereno verde imenso, de mui variegadas tonalidades, pontilhado do branco alvacento das casas.

Pelo final da tarde, os dois moinhos da Fonte da Murta – o de pura farinha e o de rolão – recortavam-se, altaneiros, no céu alaranjado ao sol-pôr, como num conto de fadas. Aí, nesse noroeste, se encontram com S. Brás os concelhos de Loulé e Faro. Um êxtase a qualquer hora do dia.

E assim via a minha terra.

E assim a considerava berço de poetas, como os que, nos últimos tempos, eu leio na página inteira que o *Notícias de S. Braz* lhes dedica, abraço ímpar no quadro dos jornais portugueses. Era nessa paisagem, dizia eu com os meus botões, que se bebia inspiração, que decerto encantara o Aleixo e até obrigava meu pai a falar-me em rimas de vez em quando.

Por conseguinte, esse era o tema: a paisagem são-brasense como património a salvar. Eis senão quando abro o *Guia de Portugal*. Busco as páginas em que se poderia falar de S. Brás. E pasmo. Afinal, sempre fora assim! O que, do alto da casa de minha avó, no Corotelo, sempre fizera os meus encantos, também já outros enfeitiçara também. Senti de novo o olor acre e bom das flores de alfarrobeira, a cativar abelhas; deliciei-me com a beleza do farto candeio cinza numa promessa de boa azeitona

arretalhada. E não resisti. Mudei o tema. Vou partilhar emoções.

No *Guia de Portugal*, esse primeiro repositório das belezas do País, publicado pela Biblioteca Nacional de Lisboa em 1927, há, no volume II, sobre «O que se ver no Algarve», esta frase, de Raul Proença:

«É preciso conhecer as vilas, as aldeias, os campos, a serra, o mar (no Barlavento), para sentir e amar o Algarve como ele deve ser sentido e amado – como um dos mais lindos, originais e sugestivos rincões da terra portuguesa. O que há, pois, a ver e admirar nesta província são sobretudo os aspectos inconfundíveis da sua paisagem e os traços pitorescos da sua vida regional» (p. 210).

Sedutora, a descrição da viagem a partir de Barranco do Velho:

«A estrada para S. Brás continua com belos pontos de vista para a direita, num solo extremamente movimentado. Aparecem as primeiras figueiras. O caminho coleia. Os outeiros da esquerda lembram jardins em terraços. As ondulações do terreno, as sucessivas quebradas da montanha, os vales cultivados, a vegetação mais exuberante, as massas verdes dos pinheiros tomando as encostas, tornam o panorama encantador. Vê-se já Alportel, mais além o Farrobo sobre um outeiro e, de repente, numa brusca transição, entramos no jardim algarvio, o *Chenchir* dos Árabes. A mutação não pode ser mais completa. Desaparecem o mar de montanhas, os pinheirais ondeantes, os sobreiros, as colinas doces e boleadas. Deixámos a região

do xisto, entramos na dos calcários. É o Algarve propriamente dito que começa, com as suas árvores baixinhas, as suas casas brancas, as suas chaminés mouriscas e os seus pequeninos campos divididos por piteiras. Transpusemos 200 a 300 m., e parece que entramos em outro mundo» (p. 216).

Depois de se ter falado de Loulé, ruma-se a S. Brás de Alportel «por uma estrada pitoresca, uma das mais animadas do Algarve. Belas vistas à direita para a campina cheia de casais e de arvoredos e para a linha de cerros que nos separa do mar» (p. 230).

Confesso que tive de ler duas vezes, por não querer acreditar no que, a determinado momento, vi escrito. É que se explica que de S. Brás se pode «regressar a Faro por um caminho mais longo mas mais pitoresco» e, ao chegar a *S. Romão de Vilarinha [sic]*, «começa a trepar-se uma colina até subir a meia encosta o monte do *Corotelo*, numa deliciosa varanda sobre os outeiros e os campos circundantes. Poucas vezes se tem ocasião de apreciar no Algarve panorama tão colorido e gracioso. Esse panorama ainda aumenta de amplitude se, fazendo uma pequena pagarem no *Corotelo*, nos tentarmos a subir por uma íngreme vereda à assentada em que se erguem os moinhos da *Fonte da Murla [sic]*. Para o S. estende-se o mar num circuito de muitas milhas, desde as paragens de Tavira e Albufeira. Para o N. é um verdadeiro rosário de aldeias, que fecha ao longe na massa compacta de S. Brás, enquanto no horizonte se arredondam duas cadeias de cerros dispostos em anfiteatro desenhando um largo quadro de estilo *rocaille*, que seria inteiramente belo e amável se não tão desnudos de vegetação esses cerros calcinados. Nas alturas dezenas de moinhos, ao vento

propício, rodam continuamente a sua cruz de Cristo...» (p. 243).

Voltei atrás, à página 242, porque aí se destacava, a negro, **S. Brás de Alportel**. Começa-se por explicar que tem 10 961 habitantes e que era «ainda há pouco tempo a mais populosa aldeia do País». Ora toma! Referem-se as «fábricas de moagem a vapor, rolhas, velas e fogos de artifício; indústria caseira de capachos e golpelhas e outros artigos de palma».

Assustei-me com o que li a seguir o que se escrevera – «não tem o menor interesse artístico ou monumental» –, mas logo recuperei do susto, pois de imediato se acrescenta que «fica situada numa das mais encantadoras regiões do Algarve, quase na transição do *barrocal* para a zona montanhosa». Por isso, «de qualquer das açoteias da vilória a vista se perde sobre uma nesga de terra intensamente agricultada, coberta de alfarrobeiras e amendoeiras». «A certas horas do dia», conclui Raul Proença, «isto atinge o deslumbramento».

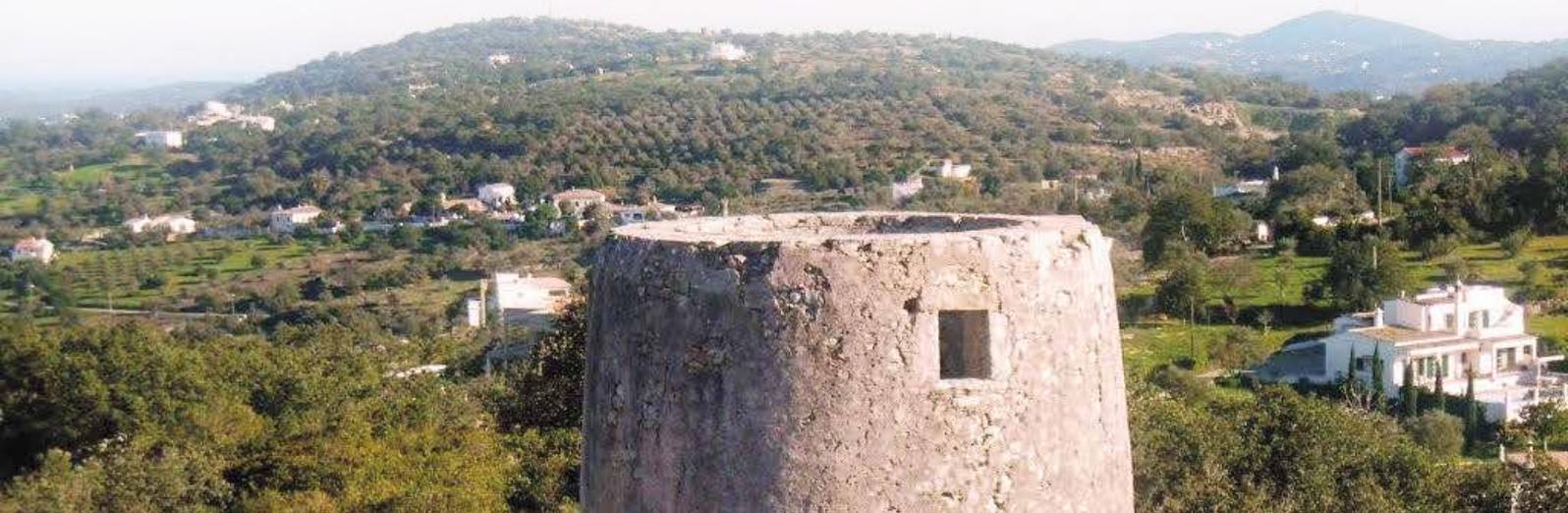
•••

Fechei devagarinho o livro de capa verde com o grande escudo dourado de Portugal ao centro.

Fiquei a saborear o que lera.

Sonhei que vão despertar vontades para não se deixarem cair tradicionais telhados de canas, em casas por habitar; para, em comunidade, se acolherem as amêndoas, os figos, as alfarrobas, a azeitona grada e boa que vão ficando nas árvores por não haver quem os acolha; para, em suma, se acarinhar, qual inigualável brinde da Natureza, esta nossa paisagem que urge salvaguardar.

Por José d'Encarnação



Território e Pessoas

Ontem,
Lugares de sempre: Al portel, S. Romão, Mesquita.
Lugares guardiões da nossa história.
Nos seus caminhos podemos imaginar pegadas ancestrais.
Até podemos imaginar aqueles que nos antecederam em
territórios dispersos de pequenas culturas mediterrânicas,
alfarrobeiras, amendoeiras, oliveiras e figueiras, na paisagem.
Por vezes, noras e tanques forneciam água a algumas hortas.
Espaço ocupado com vários grupos culturais distintos.
Mais tarde surge uma ermida,
à sua volta nasceu uma aldeia: São Braz (do) Alportel.
Primeiro esquecida à porta da serra,
que mais tarde, lhe deu boa vida e riqueza.
Graças a gente pioneira ganhou autonomia.

Hoje,
abundam restos duma indústria artesanal desaparecida.
No barrocal, antigas moradias e quintas, vestígios de gente rica.
Na urbe crescem *modernismos*.
Mais a norte a serra. Montes e alcarias. Alguma solidão.
Dura luta numa vida rural, nessa serra quase esquecida,
onde o sobreiro, mais que a azinheira, imperava e dava pão.
Dessa serra, alguns ainda olham o mirífico *Algarve*...

Por José do Carmo Correia Martins



José Pereira da Machada Júnior

(Farmacêutico e político com traço poético)



Chegou a São Brás em 1890. Existiam três farmácias, a de Abreu, a de Adelino e a de Contreira. Por essa altura uma quarta farmácia, na então próspera aldeia, seria uma aventura, segundo Rodrigo de Sousa Valente no jornal “O Algarvio”, de Loulé. Estávamos em 1892.

Aos 22 anos de idade, decorria aquele ano, funda a Farmácia Machada Júnior, no novo edifício do último quartel do século XIX, onde veio a habitar com a sua família o 1.º andar, localizado no canto formado pelas ruas Luís de Camões e Poeta Bernardo de Passos. Chama-lhe o seu solar.

Nesse mesmo local existiu a casa onde, em 1876, nasceu Bernardo Rodrigues de Passos, o expoente máximo da nossa poesia, e os outros seus irmãos, com exceção da irmã mais velha. Foi o local berço da, a que poderíamos chamar, *ínclita geração são brasense*, filhos de Bernardo Rodrigues de Passos Sénior e de Maria Joaquina Dias.

José Pereira da Machada Júnior casa aos 23 anos de idade, a 26 de abril de 1893, com Maria do Rosário Antonino, uma jovem, com catorze primaveras, natural da rua da Praça, ali ao lado.

O apelido Machado passou desde então a ser usado pela esposa e pelos quatro filhos do casal: Maria José Pereira Machado, em 1894; José Paulo Pereira Machado, em 1895; Palmira do Rosário Machado, em 1897; Maria Teresa Pereira Machado, em 1908. Todos eles nascidos nesse lar.

No estabelecimento pratica farmácia, na juventude, o poeta Bernardo de Passos, onde trabalha também o importante publicista

republicano Júlio César Rosalis, contabilista, e fundador na localidade do Centro Republicano e do triângulo maçónico. Em 1911 Rosalis é nomeado governador civil do Distrito de Faro.

Como o seu primo Bernardo, Virgílio Rodrigues de Passos aí inicia a prática farmacêutica. Mais tarde viria a estabelecer-se na rua de São Sebastião (atual rua Gago Coutinho). Republicano, como os demais, foi nomeado Presidente da Comissão Paroquial Republicana de São Brás a 18 de Novembro de 1907. É outro dos membros fundadores do triângulo maçónico local, abnegado e



O jovem casal, José Pereira da Machada Júnior e Maria do Rosário Machado.

discreto revolucionário, lutador pela causa da independência do nosso concelho onde se notabiliza em importante ação cívica.

José Pereira da Machada Júnior (Olhão, 1870 – São Brás de Alportel, 1951), apoiante ativo, desde a primeira hora, da vontade de autonomia da freguesia de São Brás de Alportel e da sua constituição em concelho, reúne em 1911, em sua casa, os republicanos são brasenses, para rever e planear o prosseguimento da estratégia a adotar, após uma das intencionais viagens de João Rosa Beatriz a Lisboa, onde, desde cedo, se desloca e move influências.

Machada Júnior é eleito para a primeira comissão municipal do recém-criado Concelho d'Alportel, e, a 9 de novembro de 1914, assume a presidência do Senado. Preside à Câmara Municipal a 5 de abril de 1916, logo após o motim de dia 3, quando a população da vila e arredores a poente, invade e destrói o recheio e arquivos das muitas dependências oficiais que o edifício municipal alberga, descontente com a situação que então se vivia, acontecimento conhecido pela “Queima dos Papéis”.

A Farmácia Machada Júnior representa o cadinho dos republicanos são brasenses e, é o centro de tertúlia política. Nela praticaram, além dos referidos, os farmacêuticos Lázaro de Sousa Costa e Joaquim Viegas Antonino. Viria a ter, mais tarde, num outro local próximo, uma “sucursal”, a Farmácia de Virgílio de Passos, nas duas localizações na referida rua principal da aldeia – vila. Bernardo de Passos não seguiria esta profissão.

Um acontecimento inovador para o progressista meio local é narrado no *Almanach* de 1894 – a medicina oficial é iniciada em São Brás de Alportel pelo Dr. Silvestre Falcão, na condição de médico facultativo em Loulé e que se desloca a dar consultas às sextas-feiras na Farmácia Machada Júnior e às segundas na farmácia de José de Matos Casaca, futura

Farmácia do Montepio, que existiu, no n.º 9-A, na atual rua Dr. José Dias Sancho, onde viria a exercer Joaquim Antonino. Lázaro Costa também se estabeleceu localmente, ao cimo da rua Gago Coutinho.

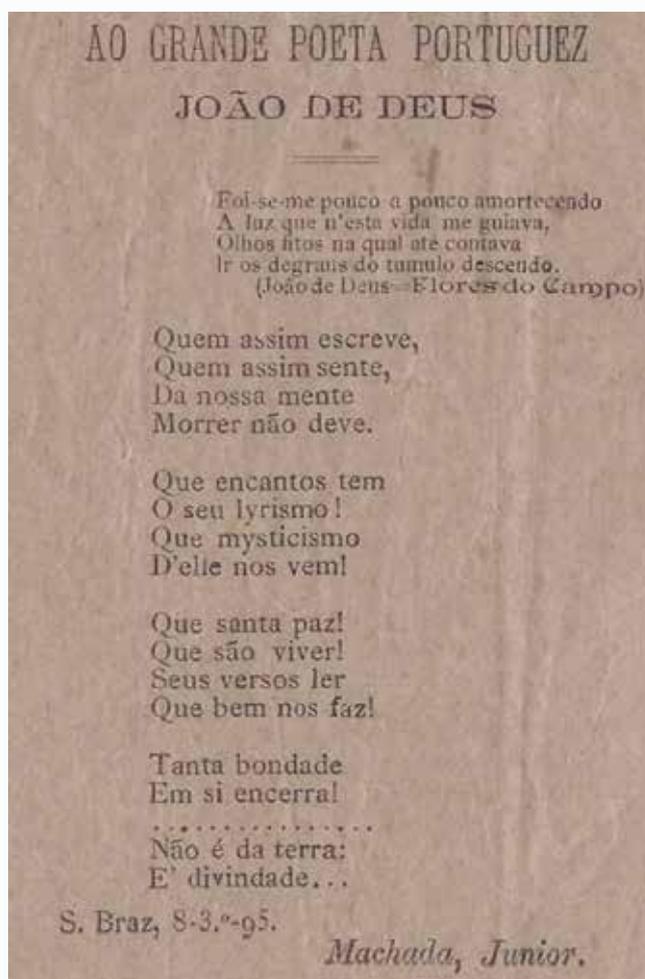
As farmácias de Matos Casaca e de Agostinho Mora Féria, que se localizava no gaveto nascente do Terreiro com a rua de São Sebastião, e mais tarde no largo do mesmo nome, são pontos de encontro dos monárquicos, sendo ambos os farmacêuticos proprietários e também destacadas figuras locais.

A acesa rivalidade entre fações oponentes expande-se nos jornais da terra: “Ecos do Sul”, a voz dos republicanos progressistas, e no “Algarvio”, este editado em São Brás, de tendência monárquica e conservadora.

São tempos agitados, os da implantação da República e da criação do concelho de Alportel, o mais novo do Algarve, independente, a 1 de junho de 1914, da capital distrital. Por mérito e galhardia, a freguesia a norte pertencente ao concelho de Faro, ganha autonomia graças à determinação de um punhado de são brasenses, naturais e por afinidade.

A aspiração são brasense em dispor na sua terra de um hospital remonta aos anos de notável crescimento de finais do século XIX. Para o efeito a comissão é presidida por José Pereira da Machada Júnior, tendo como tesoureiro Virgílio Rodrigues de Passos e como secretário Veríssimo Ribeiro Neto. Foram dados os primeiros passos em 1923 mas só em 1931 foi iniciada a construção do edifício, onde hoje está instalado o Lar da Terceira Idade da Santa Casa da Misericórdia. Em 1939 a obra ficou pelo esqueleto. Gorara-se essa nobre intenção que viria a ser realidade, em 1966, noutro contexto e local de implantação.

Após a morte de Machada Júnior a farmácia foi gerida pela sua filha Maria Teresa, que lhe



deu continuidade até aos primeiros anos da década de 1960. Este estabelecimento serviu a localidade durante setenta anos.

Os grandes homens têm múltiplas facetas, algumas delas desconhecidas. Entre alguns versos difíceis de decifrar, pela letra, encontrámos um recorte de jornal, não sabemos qual, de 1895, que dá a conhecer o versejar de Machada Júnior, dedicado ao poeta João de Deus. Também ele viveu na nossa terra, em meados do século XIX. São outras histórias por contar.

Por José Manuel Antonino Belchior

Vivências no Centro do Universo

A estrada nacional 2

Diz-se, agora, que São Brás de Alportel é o centro do universo. Pelo cruzamento das 4 estradas, onde coincidem a EN2, a maior do país, de Faro a Chaves, e a maior do Algarve, de Vila Real de Santo António a Sagres, contando com os acrescentos que nos levam à estrada 125.

Também porque as vias que ali se cruzam definem o acesso aos quatro pontos cardeais, Almodôvar a norte, Faro a sul, Tavira a leste e Loulé a oeste e ainda porque a recente inauguração da Casa da Memória da Estrada Nacional 2 fez, ali, ao Km 722, ponto de paragem para apreciar o espólio do que foi a sede da 8ª Secção de Conservação de Estradas da Junta Autónoma, deixado no armazém das ferramentas dos cantoneiros no rés-do-chão e no gabinete do Chefe Matias, Alexandre Almeida Matias, no 1º andar.

Ali bem juntinho, à distância da largura da estrada, o Largo de São Sebastião, sala de visitas airosa e acolhedora que tem na periferia vários equipamentos de apoio e de serviços, nomeadamente de restauração, é um espaço apelativo sempre melhorado desde o seu alargamento, em 1950, e após a inauguração da dignificante estátua de Bernardo Passos, em 15 de Setembro de 1957. Por todas estas circunstâncias, coincidentes no tempo, se diz que a nossa vila é, hoje, o centro do universo.

Todavia, já na transição para os anos 50 e pela mesma ordem de ideias, todo aquele envolvimento já fazia das 4 estradas o que se podia dizer centro do mundo, até pela localização, aí, do Posto da Polícia de Viação e

Trânsito, um verdadeiro Observatório de toda a movimentação na zona periférica, para além da fiscalização específica do trânsito rodoviário.

Recordo o Chefe Cardoso, pai do saudoso Arcelindo, casado em São Brás com Luthegarda Passos Pinto, a *Bilá*; o Chefe Mendonça, o polícia Libânio Alves, também aqui casado com Maria Rosa Correia e morador na Rua da Caridade; o Borrego, o Henrique e o Manuel Matias, todos os que foram passando o relógio do seu tempo ao tempo dos outros.

O Largo de São Sebastião era metade do que é hoje. Havia casas na estrada de Faro até ao cruzamento e continuavam para a direita, sendo a primeira, na esquina, a tasca da Ti Rosária, mãe de Américo *Marrão*, bem afreguesada e afamada por, sem frigoríficos na época, ter sempre umas cervejas bem fresquinhas, que mantinha bem aconchegadas no poço de que dispunha no interior do estabelecimento.

Seguia-se a taberna da Ti Augusta, mãe de António e do José Botinas, a Universal, de Jaime Rodrigues Passos Pinto, loja vanguardista das coisas do som e da música, ponto de reunião da juventude a dar os primeiros passos na descoberta dos segredos da emancipação, e mais à frente a loja de fazendas de Manuel da Rita e dona Jaquelina, até à esquina do quarteirão, alinhada com a actual Rua Teófilo Braga, anteriormente Rua de Fora (1706), Rua deTrás dos Quintais e Rua Formosa.(1)

Do outro lado, na Rua Dr. José Dias Sancho, ao canto da estrada para Lisboa, o café de José Joana, o estabelecimento de João Faísca



Pormenor do postal da coleção "4 Olhos". Rua Luís Bivar (estrada de Loulé). Década de 1940.

Cruzamento das estradas N2 e N270 em São Brás de Alportel. Pelo vestuário dos presentes seria um domingo.

No meio vê-se a autoridade, o agente da PVT (Polícia de Viação e Trânsito).

De notar o número de bicicletas encostadas.

IMPORTANTE: *Ainda se via o aglomerado das casas que na década seguinte foram demolidas para dar lugar ao Largo, onde, em 1957, se colocou o Monumento ao Poeta Bernardo de Passos.*

Quatro ruas aí se iniciavam: Rua Dr. José Dias Sancho (estrada de Tavira), Rua João Rosa Beatriz (estrada de Faro), Rua Serpa Pinto (estrada de Lisboa) e a própria Rua Luís Bivar.

Panasqueira, hoje Digifoto, com barbearia onde praticou o José Gabriel Clara Neves, chapelaria que fôra de Mousinho dias Pontes, e casa de bicicletas, onde era mestre o José Natálio Lopes Rosa, para além da residência do proprietário. Caminhando para nascente, a loja de solas e cabedais de José Rodrigues Engrácia, mais tarde mercearia e casa de negócios com agência bancária de Joaquim Dias Rodrigues e de dona Maria Aurora, agora de sua filha Maria Salomé.

Abria o quarteirão da frente nascente, a sul, a retrosaria de Maria Joana, cunhada de Agostinho Féria, a fazer esquina com a Rua do Matadouro, onde morava Francisco Pedro, seguida do acesso secundário à residência de Manuel Chaveca. Esta rua servia, à esquerda, a habitação de Manuel da Silva Barreira e, ao fundo, a seu armazém de arrumos, fazendo aqui um ângulo recto à direita, onde, na lateral do mesmo lado, se situava a primeira cadeia e, frontalmente, centrado no limite poente do espaço que envolve o monumento a Bernardo de Passos, o primeiro matadouro da vila(2). Por não ter saída para outras serventias, esta rua também era conhecida por Beco do Matadouro.

À retrosaria seguia-se a sapataria Chaveca, a residência de dona Águeda, o consultório do médico dentista Dr. Carlos Silva que vinha de Faro dar consultas aos domingos e às quintas-feiras, a pastelaria ao tempo explorada pelo espanhol Pepe e mais tarde por Manuel dos Reis, o *Bolo de Arroz*.

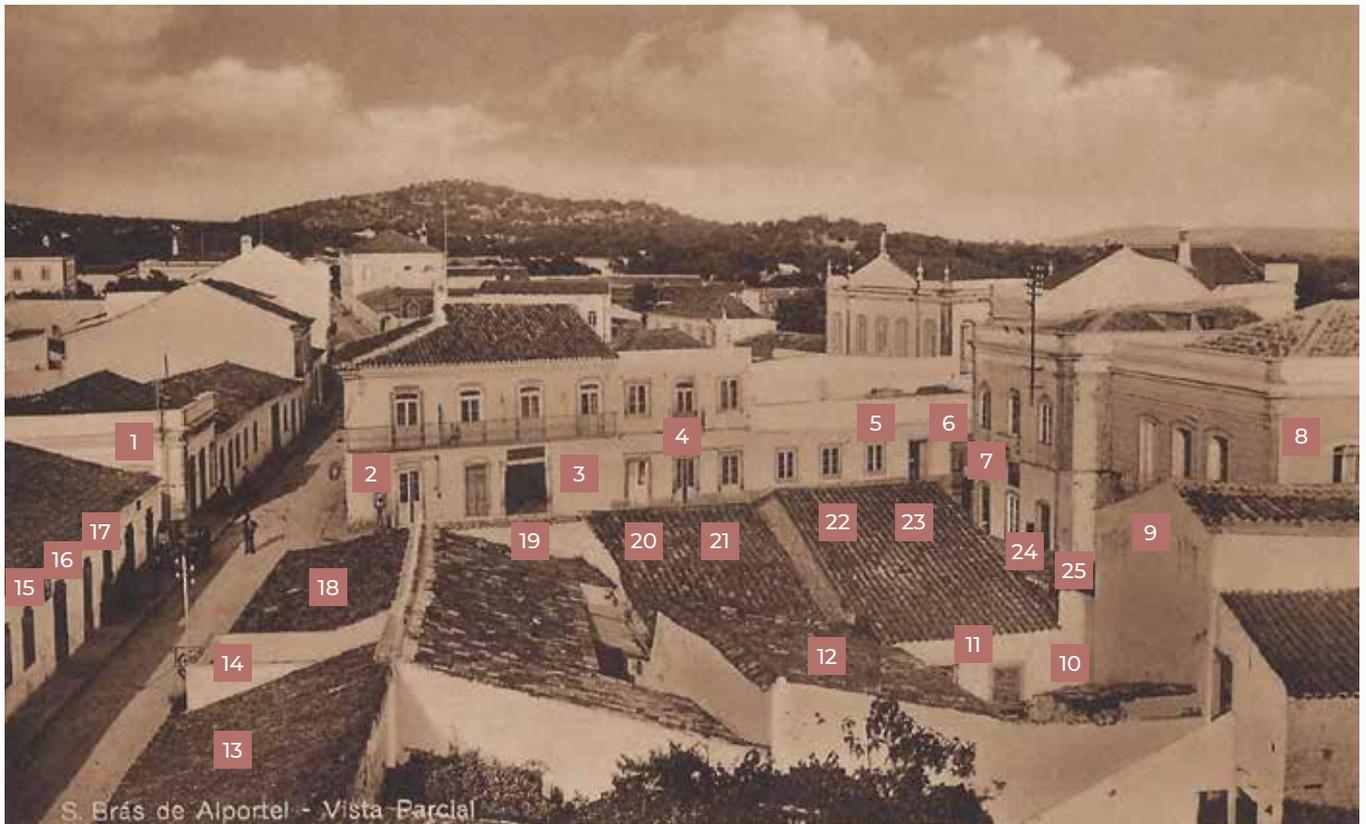
Na esquina norte, aquando do derrube do quarteirão, a loja de fazendas aí instalada, onde

pontificava a Dona Jaquelina, foi deslocada para a Avenida Oliveira Salazar, hoje Avenida da Liberdade, a sul do balneário público, trampolim a permitir salto maior, com a ajuda do filho, *menino* Nunes, para o estabelecimento que fôra de Domingos Gomes, mais conhecido por *Quatro Olhos*, na confluência com a Rua Dr. José Dias Sancho.

Conta-se que o Constâncio, o filho mais novo do Ti Domingos, era tão bom vendedor que nunca alguém saía de lá sem ser servido. Segundo notícia muito comentada, a um cliente interessado em papel higiénico, até conseguiu vender lixa número zero!

Na frontaria contrária, a delimitar o lado nascente do Largo de São Sebastião, situava-se a sala de espera da Empresa de Viação Algarve, a taberna do Ti Macário, a Farmácia Pereira, da *menina Nini*, o café Montanha, de José Joaquim, e a loja de fazendas de Francisco Vargas. Limitava o Largo, a sul, a farmácia de Lázaro Costa e o correio dos CTT, mais tarde estabelecimento de João Olímpio e agora farmácia Dias Neves.

Pelo Largo de São Sebastião passavam, diariamente, pelas 10 horas da manhã e pelas 5 horas da tarde, os autocarros que ligavam Faro a Lisboa e a Beja, e Loulé a Tavira, além de outras ligações ao Alportel e a Martinlongo, ida e volta. O movimento de pessoas que viajavam e outras tantas na indefinida idade sem pressa para ali confluíam, umas na procura de vida própria e outras espreitando eventual desassossego da vida alheia. Era assim nos meios pequenos, onde não havia grandes



Postal da Coleção José Ferreira, anos 30 do século XX – casario existente na parte poente do atual Largo de S. Sebastião

1 - Casa 4 Olhos • 2 - Sala de espera da EVA • 3 - Taberna do Ti Macário • 4 - Farmácia Pereira
 5 - Café Montanha • 6 - Loja Vargas • 7 - Correios • 8 - Residência de M.S.Barreira • 9 - Armazém de arrumos de M.S.B.
 10 - Beco do Matadouro • 11 - 1ª cadeia • 12 - 1º matadouro • 13 - Taberna da Ti Augusta • 14 - Universal
 15 - João F.Panasqueira • 16 - Chapelaria Mouzinho • 17 - José Rodrigues Engrácia • 18 - Loja de Dona Jaquelina
 19 - Pastelaria Bolo de Arroz • 20 - Consultório do dentista Carlos Silva • 21 - Residência de Dona Águeda • 22 - Sapataria Chaveca
 23 - Retrosaria de Maria Joana • 24 - Residência de Francisco Pedro • 25 - Acesso à residência de M. Chaveca

notícias, e a nossa vila não era excepção.

Ainda sem televisão, qualquer assunto menor, sem apostilha, ganhava desenvolvimento no secretismo do pé de orelha, amigos que iam encontrando outros amigos, estes outros ainda, e o assunto menor passava a notícia do dia, nódoa negra que o hirudoid do bom senso de alguns apenas disfarçava.

A situação estratégica do posto policial, concebido para coordenar, disciplinar e fiscalizar todo o movimento no âmbito da

movilidade rodoviária, permitia também dominar toda aquela zona, bem como as movimentações das gentes. Sobretudo quando a noite caía, o tráfego era diminuto e deixava alternativa aos polícias para se quedarem no aconchego do Posto ou, conforme a natureza dos seus preceitos e a noção de responsabilidade profissional, deambularem a esticar as pernas, vagueando uns metros para um e outro lado do cruzamento, perscrutando nas várias direcções através da iluminação

pública que disfarçava a noite.

Entre estes, um dos agentes de autoridade era conhecido como profissional exigente, urbano no tratamento e um tanto dado à conversa quando à paisana.

Certo dia de um determinado mês do Verão de 1958, estava eu em casa do meu companheiro no Unidos Sambrazense, Dario Neves Pereira, num 1º andar do Largo de São Sebastião, quando tocaram à porta e eu fui atender. Era o meu amigo Damásio André que, muito seriamente, me disse: "Toma cuidado, é melhor ires para casa, porque o *Amadeu* (3) anda à tua procura com uma pistola. Diz que fizeste qualquer coisa à filha."

Apanhado de surpresa, nem entendi o aconselhamento do meu habitual consciente. Respondi com a verdade, que divergia substancialmente da versão apresentada. Perante a gargalhada do Damásio, percebi que tinha caído que nem um patinho. Reforcei a verdade com pormenores, a gargalhada reduziu para o sorriso, e depois rimos os dois da trama bem urdida a partir do polícia de serviço que, na noite anterior, de cima das suas botas pretas de cano alto, tinha lobrigado dois vultos, ali para os lados da Igreja de São Sebastião, onde se estavam a realizar as novenas durante as obras de restauro da Igreja Matriz, que identificou e não se enganou. Mas só nisso!

Acrescenta-se ao cruzamento das 4 estradas a mais valia da sua localização, desde sempre um lugar privilegiado também pela abrangência de toda a circulação pedonal, facilitada pela acessibilidade às necessidades do quotidiano.

Ali, na vizinhança, havia de tudo, desde a padaria do Riol e a casa de frutas do Ezequiel, na Rua Luís Bivar, vulgo estrada de Loulé; a droguaria Câncio, anteriormente casa de bicicletas de José Picanço, a agência das máquinas de costura Singer, de Manuel Belchior, e a loja do alfaiate José Pinto, na

estrada para Lisboa, Rua Serpa Pinto, no troço a que, posteriormente, foi dado o nome do Dr. Evaristo Sousa Gago.

Na estrada para Faro, Rua João Rosa Beatriz, à esquina, hoje café da União, os Irmãos Dias, com estabelecimento de comércio polifacetado, amêndoas, alfarrobas, figos para destilar, mercearia e aferição de balanças, o António Petronilho, *Tarota*, com casa de bicicletas e atelier onde dava cor à sua arte, o António Pedro da Cruz, com petiscos, taberna, jogo de cartas e oficina de ferrador, mais tarde Pensão Viegas. Seguia-se a relojoaria de José de Brito *Relojoeiro*, a quem sucedeu seu filho Belchior da Conceição Brito, a loja de sapateiro de Manuel Chaveca, no rés do chão, e o dentista Carlos Silva no 1º andar, onde a dedicada Generosa Filipe, dos Almargens, se ocupava do atendimento, actividades que transitaram do Largo de São Sebastião. Contígua, a oficina de albardeiro de Aníbal Calçadinha, o *Feijanito Careto*, um dos berços do futebol são-brasense, ao tempo da criação do Glória ou Morte, no dealbar da década de 40.

A propósito do relojoeiro Belchior de Brito, conta-se que não gostava de ver alguém a rondar-lhe a loja, muito menos "pendurado" na janela ao lado. Numa noite, já lusco-fusco, não gostando de ver um jovem que nem cliente da casa era, à conversa com sua filha, resolveu acabar com a situação e, sem palavras, subiu à varanda e despejou uma bacia de água na direcção da janela, assim acabando o que ainda não estava começado. Sorte teve o dialogante, porque era Verão!...

Do lado contrário, da tasca da Ti Rosária, à esquina das 4 estradas para sul, situava-se a residência do Ti Raminhos, pai do Brás *Alfaiate* e do Clemente *Taxista* e, paredes meias, curiosamente, o primeiro Posto da Polícia de Viação e Trânsito existente na vila, onde prestou serviço o guarda Oliveira, que viria a ser sôgro

do José Natálio, casado com sua filha Maria Alice. Funcionou aí até meados da década de 40, dando lugar, então, ao conhecido Posto das 4 estradas, entretanto desactivado e agora lugar de lanchonete, a Pizzarella.

Já depois do derrube do quarteirão, situava-se o salão de cabeleireira da Aldinha, anexado posteriormente pela Pastelaria Regional, a que se seguiam as residências do coronel Gago, de Francisco da Ponte e de outros ainda, até à drogaria do bem conhecido Parreirinha, na esquina com a Rua da Caridade.

A propósito da pastelaria, recordo o sentido de oportunidade de Manuel *Ervilha* que, ao transformar o vulgar café e petiscos em apelativo ambiente de pastelaria e convívio, proporcionou às mulheres são-brasenses a natural e progressiva emancipação na vivência colectiva das horas de lazer.

Para os próprios são-brasenses, a EN2 teve sempre grande importância em três polos que fizeram o seu crescimento. Na área do trabalho e na ciência do saber, o troço para Faro era correria diária de ida e volta; na criação de riqueza pela indústria da cortiça, a matéria prima vinda do Alentejo, como os produtos manufacturados, estavam em trânsito permanente a partir de São Brás no troço para norte. Do mesmo modo, a EN2 ganhou notoriedade pela mais valia que os são-brasenses souberam criar a partir dela e na consequente valorização e projecção que isso lhe trouxe, hoje oficialmente reconhecido.

Por tudo isto e pela aglutinação de valências que emolduravam o centro urbano e faziam dele um complemento adjacente e enriquecedor, o cruzamento das 4 estradas sempre foi um importante corredor de passagem para o mundo.

Reforçado, agora, com o testemunho da Casa da Memória, bem se pode dizer que é, hoje, o centro do universo.



A antiga Rua do Matadouro, pelo povo também denominada Beco, onde se pode ver a segunda localização do Correio, nos dias de hoje a Farmácia Dias Neves, vê-se a casa da família Barreira e, lá no fundo, o portão do seu armazém de arrumos. Esta parte, entre outras, foi demolida no início dos anos da década de 1950, para ampliação do Largo de São Sebastião. O antigo matadouro ocupava, sensivelmente, o espaço onde, na actualidade, se situa o monumento ao Poeta Bernardo de Passos, de 1957. Por esse beco, em cotovelo, também se acedia à primitiva cadeia.

(1) - "Breve História de São Brás de Alportel", de Angelina Pereira.

(2) - "Memórias do Povo Sambrasense", de Sebastião de Sousa Chaveca.

(3) - Nome fictício.

A matação do porco

Pela Primavera era a altura de arranjar um porquinho ou bacorinho, como também era chamado. Para isso ia-se ao mercado de Estói ou de Santa Catarina, mas também se podia comprar a alguém dos arredores que tivesse feito criação e, muitas vezes, já fora encomendado. A escolha do animal precisava de olho entendido. Muitas vezes compravam-se dois, para vender um, depois de engordado. Era o mealheiro do pobre, como se dizia.

A engorda era importante para a qualidade da carne. O principal alimento eram os farelos, com alguns desperdícios e até verduras, como era o caso dos bicos das favas e, por fim, as bolotas.

Escolhido o dia da matação juntava-se a família, os amigos e os vizinhos. Todos eram necessários para ajudar. Contratava-se «o matador», que foi variando ao longo dos anos. Aos olhos de hoje, o ritual da matação vejo-o de modo diferente. Deixemo-lo para trás. Vamos lembrar o convívio e o repasto a que dava origem. Os grandes tachos, que ainda estão na minha casa de S. Brás, com a cachola, o prato forte, que era um guisado em que o fígado era o ingrediente principal, o arroz de cachola e as grandes travessas de sangue cozido, coberto de salsa, cebola e temperado com azeite e vinagre. Além disto a mesa era sempre composta com pastéis de bacalhau, conserva de cenoura e azeitonas e até filhoses.

Encabeçavam-se mesas e toda a cadeira e banco era ocupado. Era o pretexto para o convívio. Ia-se comendo e bebendo, ria-se, diziam-se pilhérias, lembrava-se outros tempos e outras pessoas, já ausentes.

No dia seguinte era o desmanchar do porco. Separação das partes do animal, Arranjava-

se uma perna traseira para meter dentro de uma caixa com sal e que na Primavera daria o presunto. Cortava-se o toucinho em folhas que iam para a salgadeira. Da carne magra, as melhores partes, guardavam-se alguns dias para grelhar.

Eram separados bocados de carne limpa, de costela e um bocado de toucinho com que se presenteavam as pessoas de família e os vizinhos. Isso seria retribuído quando fosse a matação de cada um. Costume interessante!



Matação de porco 1974

Da esquerda para a direita:

O meu pai, José Pedro Guerreiro, Joaquim Bica Henrique, José Pires (Vulgo José Pisco), Marcírio Nunes Nascimento.

Em baixo:

Marta Dias Neves, minha filha e Isabel Parreira da Silva.

Nesse tempo não havia frigorífico, por isso fritava-se a carne em grandes caldeirões de barro que se conservava em panelas, cobertas de banha. Os ossos eram aproveitados para salgar em cestos que se penduravam e se colocavam, depois de escaldados, nos jantares de feijão e grão. Também se derretiam as banhas que iam para tijelas, a alguma juntava-se colorau, era a manteiga vermelha, para barrar o pão, porque nesse tempo manteiga só de vez em quando, esta era a nossa manteiga.

Ainda me lembro das fatias de pão com banha e açúcar por cima, tal como fazíamos com o azeite.

A restante carne magra, mesmo com alguma gordura, cortava-se em bocados pequenos, para grandes alguidares de barro, para as linguiças e chouriças, estas com carne um pouco mais gorda ou de partes mais ensanguentadas, que se temperavam com sal, colorau, calda de pimento, louro, vinho e uns colares de alhos, para darem gosto, mas não se separarem. Durante cinco ou seis dias ia-se amassando esse “migado” e acrescentando mais alguns temperos até se poderem encher as tripas, que no próprio dia da matação se iam lavar na água corrente da ribeira. Depois eram raspadas e colocadas num alguidar com rodela de limão e laranja até serem enchidas. As tripas

finas, para as linguiças e as grossas para as chouriças, além dos paios e do palaio. Depois de enchidas, penduravam-se em canas que iam para o fumeiro. Era o fogo que, no campo, se fazia em todas as casas para cozinhar e onde, à noite se reunia a família e muitas vezes até se comia, que ia dando aos enchidos aquele sabor característico.

Como nesta época não havia detergentes, só o sabão, recorria-se a uma planta do mato, a mariola, cujas folhas grossas eram uma ajuda preciosa na lavagem dos alguidares e outras vasilhas engorduradas.

Hoje em dia estes produtos chegam à nossa mesa com toda a facilidade, mas o sabor desta carne, das linguiças e do presunto nunca mais o encontrei.

A matação do porco, podia ser antes ou depois do Natal, altura em que fazia mais frio, para a conservação da carne. Dependia da engorda do porco, mas nunca se podia deixar de atender ao quarto de lua, sempre no crescente. Segundo se dizia, fora desse quarto, o toucinho, quando ia à panela, encolhia. Vai-se lá ver isso. Hoje em dia são mortos porcos diariamente. Às vezes damos com uns toucinhos que nunca mais cozem. Se calhar...

Por Júlia da Graça Guerreiro Dias Neves



A Adega do Ti João Neves

Entre Janeiro de 1918 e Dezembro de 1920 uma pandemia mortal assolou o mundo, foi a pneumónica, também conhecida como gripe espanhola. Infectou cerca de 500 milhões de pessoas, um quarto da população mundial na época. O número de mortos pode ter ido até aos 100 milhões, tornando-se uma das epidemias mais mortais da história da humanidade.

Portugal não escapou a esta epidemia e o meu avô, José Dias Gonçalves, faleceu em 1918

Conta-se que foi ver um irmão que estava doente e ao chegar a casa sentiu-se mal e passado pouco tempo faleceu, assim como os seus dois irmãos.

A minha avó, Francisca Galego da Ponte, ficou com três filhos. A minha mãe, Maria Dias, a mais velha, com 15 anos e os meus tios Mouzinho, com 6 e Inácio, com 4. Juntamente com estes criou uma sobrinha, a Elvira, que nós sempre chamámos tia, que também perdera os pais.

Em 1925 voltou a casar com o sr. João Pires Neves, a quem nós chamávamos de avô. A minha mãe tratava-o por primo e eu estranhava. Vim mais tarde a saber que ele afinal, era primo irmão do meu pai. Para todos os efeitos foi o avô que eu conheci.

Foi ao nome dele, João Neves, que a adega ficou ligada, mas tinha sido o meu avô José Dias Gonçalves quem a criara, além de outra na mesma rua Dr. José Dias Sancho, na direcção de Tavira, situada junto à casa do dr. Sousa Dias.

Do lado esquerdo da mesma rua, para quem vai para o largo, ficava a casa da minha avó, hoje com os números 50 e 52. Em frente, do lado direito, ficava a minha casa e a casa amarela aonde se esmagava a uva, seguida de

dois armazéns. Um, com um portão principal seguido de outro, aonde ficava o carro de transporte da casa agrícola e um carrinho de mão. Ambos davam para um largo que tinha à esquerda um tanque aonde aprendi a nadar, um acesso à horta e uma nora. Ainda no largo a norte havia outro acesso à horta e à casa da caldeira, onde se destilava a baga. Era aí que se faziam os petiscos, especialmente no Inverno, devido ao ambiente quente. Neste largo jogava-se à malha, desporto actualmente desaparecido. Os espaços a que me refiro foram adquiridos pelo sr. Beirão. Onde está a exposição de móveis, nos números 41, 43 e 45 da mesma rua, ficavam a casa amarela e a entrada para a adega.

Lembro-me bem da adega. Era um armazém com duas filas de pipas do lado direito, espaço na parte central e uma fila de tonéis no lado esquerdo. O espaço central era onde se colocavam mesas metálicas circulares de diâmetro cerca de 60 cm, cada uma delas com dois ou três bancos de madeira.

A adega foi um local de convívio e não havia muitos nessa altura (1945/55). Aí se reuniam os amigos para tomar um copinho e conversar.

Lembro-me de outra adega, a dos meus primos Dias: o Manuel, o Francisco e o José, o dos pesos e medidas, que ficava onde se encontra hoje a União.

A propósito desta adega conta-se que continuava com os clientes no interior, depois do horário de encerramento. Quando a GNR batia à porta, o primo Manuel perguntava:

- Quem é?

- Autoridade, abra a porta!

Então, o primo Manuel encaminhava-os

para outra saída e, para dar tempo, respondia, com uma voz muito fininha, como quem está afastado:

- Espere aí í í um bocadinho!!!!!! Tou na retrete!!!!!!

Quando abria a porta já todos eles tinham escapado.

Aos Domingos vinham à vila os habitantes dos arredores, principalmente pequenos proprietários dos sítios da Mesquita, Estação, Mealhas, Campina, Vilarinhos e também da nossa Serra que se sentavam em bancos juntos à respectiva mesa a conversar e mandavam vir meio litro de vinho acompanhado de tremoços. O tom de voz e a alegria iam aumentando à medida que repetiam a rodada.

Quem atendia os clientes era o meu avô, quer quem viesse comprar para levar para casa, quer despachar na adega. Ao domingo além, dos donos passaram por lá o meu Mário, eu, o meu João, o Hugo, filho do meu tio Inácio, o José da Bia filho da Tia Elvira, até o Carlinhos de Brito, (soube há pouco tempo). De semana éramos nós, os residentes quem atendia os fregueses.

Aos olhos de hoje é estranho ver crianças ajudar numa adega. Naquele tempo encarávamos com naturalidade, era um negócio de família e o meu avô, apesar de haver algumas discussões entre clientes, mantinha a ordem.

A adega tinha os seus clientes habituais. De manhã cedo, ao domingo, tínhamos uns clientes especiais da vila: o Manelinho da Elísea, o jardineiro e o Cavalaria que bebiam uns copinhos de vinho doce. Lembro-me de um dia aparecerem, para o seu copinho habitual e regatearam que os copos não estavam bem servidos e saíram. Nesse dia estava eu a despachar, como habitualmente e ainda o Hugo e o Zé da Bia a ajudar. Olhámos uns para os outros e pensámos que não íamos voltar a pôr o vinho na garrafa e para não se

estragar, cada um levou o seu copinho à boca. Estávamos nós nisto, quando eles voltam para trás, e foi uma risada geral.

À tarde apareciam entre outros: o Chico Raminhos, o Ti Zé do Relógio e o Rafael Sancho que contava coisas do tempo da guerra em França (1914/18) e iam bebendo uma garrafa de meio litro de vinho tinto com tremoços.

Lembro-me que, de tempos a tempos, apareciam o José Vicente, moleiro de um moinho da Mesquita Alta com um cauteleiro de Loulé e cada um desatava a dizer versos à desgarrada. Mais tarde vim a saber que o cauteleiro era o poeta Aleixo que teve a sorte de ter o Dr. Magalhães a registar os seus versos, o que não aconteceu com o Zé Vicente. Não sei se alguém ficou com alguns dos versos deste poeta sambrazense.

Havia um cliente certo, era o pai da Rosalina, ali da rua, que todos os dias, depois do almoço, vinha beber um copo de metade meio litro, junto à pipa. Punha o copo à boca e bebia de seguida, o que me deixava espantado. Um dia lembrei-me de lhe dar outro, e ele, zás, emborcou na mesma. Não repeti a dose e fiquei esclarecido

Ao domingo de manhã juntavam-se na adega, não para beber, mas para conversar os primos Neves: o meu pai, José Francisco Neves, o meu avô, João Neves, o meu tio José Neves e o tio Francisco Neves da Mesquita, avô do Chico Neves.

Em dada altura, eu e o meu João, chegámos à conclusão que estávamos a ser mal pagos. Pensámos no assunto e resolvemos comprar caracóis e ao domingo de manhã cozíamos-los com batatinhas. Cada pires de caracóis com batatinhas era um escudo e era registado num papel. Foi um êxito e o meu avô pagou e não disse nada e nós ficámos todos satisfeitos com aquele dinheirinho.

No Inverno, o local apetecido era a casa



Agrupamento masculino na adega do Ti João Neves na Rua Dr. José Dias Sancho , onde na atualidade existem as montras dos Móveis Beirão

1.ª fila (na proximidade do fotógrafo) da esquerda para a direita, temos:

O anfitrião e proprietário da adega – João Pires Neves; Manuel Gago Patinha; Francisco de Sousa Correia (sobrinho); Jaime Passos Pinto e Joaquim Martins Galego (Quito).

2.ª fila:

José (Nina) Lopes Rosa da Ponte; P. e António Inácio; José Afonso; Manuel da Silva Barreira; João do Carmo Rosa da Silva e Artur Rodrigues de Passos.

3.ª fila:

Eugénio Sena Neto; Pedro de Sousa Belchior; Amândio dos Santos Neves; António Dias de Sousa Correia; Inácio Dias Pontes; Manuel de Sousa Pires Rico Júnior; José Ferreira e Dr. Francisco de Sousa Basílio.

4.ª fila (a começar por quem está mais elevado):

Emídio (Moleiro) Martins Eusébio Rodrigues; Joaquim da Uva; Abílio de Brito Pontes; João (Moleiro) Eusébio Rodrigues – pai de Emídio (Moleiro); Francisco Neves e José (Joana) Rodrigues Engrácia Júnior.

da caldeira. Era a época dos petiscos Os interessados traziam carne, marisco, caça etc e consoante a habilidade lá cozinhavam, com o apoio que nós podíamos disponibilizar. Normalmente eram grupos de amigos e conhecidos que se juntavam e passavam umas tardes depois do trabalho. Até o padre Inácio aparecia lá.

O meu avô tinha o Ti Manel, trabalhador rural que ajudava nas lides da terra e também tomava conta da caldeira, onde eu, nas cinzas, assava batatas-doces.

Eu acompanhava todas as tarefas relacionadas com a adega. No Outono, a chegada das uvas, altura que aproveitava para comer os melhores cachos, pois sempre fui muito guloso. Depois o pisar das uvas, a fermentação mas lembro especialmente do dia de São Martinho. Então, coisa incrível, o meu avô à frente, eu, os meus irmãos e a malta da rua (filhos do João Belchior) atrás, íamos de pipa em pipa a provar o vinho. Foi uma sorte, nenhum de nós ter saído bêbado. Outros tempos, outros hábitos.

Ainda me lembro que, na noite de São Martinho, o Primo Lázaro Pontes, um grande folião, percorria a vila, sentado nos degraus de uma escada, transportada aos ombros por quatro companheiros, dois à frente e dois atrás, acompanhados por uma multidão de miúdos e graúdos. Passavam pela adegas e tabernas onde se vendia vinho caíando-lhes, com uma cruz, as portas e cantando:

- São Martinho pinho!
- Vamos ao copinho!
- São Martinho Papa!
- Vamos ao Larapa!

Chamo aqui a atenção para esta figura típica, desta época, em S. Brás de Alportel - O Primo Lázaro.

Foi ele quem criou a primeira carreira de camioneta entre S. Brás de Alportel e Faro. Como não tinha espírito comercial isso não durou muito tempo e outros tomaram o comando das operações, passando a ser motorista da Eva.

Era a pessoa mais divertida que eu conheci, ao pé dele ninguém estava triste. Tratava qualquer assunto com tanta graça que punha toda a gente a rir. Desde essa época ainda não apareceu ninguém em S. Brás como ele.

Voltando ao assunto da adega. A minha avó Francisca morreu em 1966 e a idade do meu avô já ia pesando e, passado algum tempo, passou o negócio ao Damásio, que o continuou até aos anos oitenta (?)

Não resisto à tentação de contar um episódio que não diz propriamente respeito à adega mas à nora, contígua à adega, e que ainda hoje me deixa intrigado.

Uma vez apareceu na casa da minha avó um senhor que se identificou como sendo professor da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Ele sabia da existência da nora e vinha pedir-lhe autorização para colocar no fundo uma rede fina do tipo camaroeiro. A minha avó não viu inconveniente e deu autorização. Assim se fez e eu acompanhei a par e passo as operações. Passado alguns dias, o professor apareceu e recolheu a rede. Qual não foi o meu espanto quando vi na rede uns camarões pequeninos Naturalmente fiquei espantado e nunca mais me esqueci.

Afinal de contas, em S. Brás de Alportel havia camarões de água doce e ninguém sabia!!!

Por Francisco Dias Neves

As casas bancárias do Algarve no início do século XX

A criação do Banco do Algarve

Alguns historiadores referem a existência de 4 casas bancárias no Algarve no final da década de 1920: Aníbal Martins Caiado, Manuel Dias Sancho e Matos & Baião, Lda., todas em Faro, e J. & F. Mendonça, de Olhão. Sendo certo que a informação é exata relativamente às instituições registadas, autorizadas a exercer a atividade, ainda existiram pelo menos mais duas casas

bancárias ditas “irregulares ou clandestinas”: a Castro, Marques & C.^ª, de Silves, e a J. Cansado & Comt.^ª, de Tavira. Estranhamente, não foi encontrada qualquer documentação relativa à existência de casas bancárias nos principais centros urbanos do barlavento a oeste de Silves, o que provoca alguma perplexidade, sendo embora certo que na época já parecia haver



Casa Bancária Manuel Dias Sancho - Faro

uma razoável rede bancária nas cidades de Lagos e Portimão, sobretudo na primeira.

Todas as casas bancárias acima indicadas foram constituídas na sequência da Primeira Grande Guerra, num período de forte crescimento económico, mas também de muita especulação, um ambiente propício à explosão da atividade bancária que atravessou os anos vinte. Depois irrompeu o vendaval da “Grande Depressão”, uma severa crise económica e financeira mundial, iniciada no fim da década de vinte, que inverteu violentamente a tendência favorável e afetou de forma muito grave a confiança na solidez das instituições financeiras, circunstâncias que provocaram numerosas falências, principalmente de casas bancárias. Naturalmente que as do Algarve também acabaram vítimas da crise. De tal modo que, no início dos anos quarenta, todas estas já tinham sido extintas, embora com destinos diferentes.

Para melhor enquadramento do relato que se segue, parece pertinente acrescentar que as falências e a liquidação de estabelecimentos de crédito se encontravam subtraídas à jurisdição dos tribunais comuns, e confiadas a uma comissão liquidatária, com o objetivo assumido de atuar com maior rapidez e de facilitar a resolução dos inúmeros problemas suscitados pela especial natureza dessas instituições. Ver-se-á adiante que os resultados ficaram um tanto aquém do pretendido. Confirmaram, antes, a morosidade e complexidade da liquidação, pois os processos foram-se arrastando, com sucessivas prorrogações dos prazos estabelecidos em várias portarias do Governo. Afinal, nada de diferente do que ainda hoje acontece, não obstante o novo enquadramento legal e os meios muito mais sofisticados disponíveis.

Nestas notas optou-se por abordar em primeiro lugar o caso das casas bancárias ditas

“irregulares ou clandestinas”. Seguir-se-á o caso da J & F. Mendonça, de Olhão, para terminar com as casas bancárias com sede em Faro, todas estas direta ou indiretamente conectadas com a constituição do Banco do Algarve.

Castro, Marques & C.ª, Silves

Esta sociedade foi constituída em 1922, com o capital social de apenas 10.000\$00, tendo por objeto o negócio de “comissões, consignações e representações”. Alguns anos mais tarde (1925), já tinha alargado o âmbito da sua atividade à representação de oito instituições financeiras, número que reduziu para seis em 1930. Crê-se, porém, que a atividade bancária por conta própria terá sido sempre muito reduzida, essencialmente focada numa clientela constituída pelo pequeno comércio e indústria locais, alargada à população empregada nesses setores de atividade, principalmente na indústria corticeira. Seja por isso ou pela falta de recursos próprios, a sociedade nunca terá chegado a obter autorização para o exercício da atividade bancária.

A partir de 1930, as dificuldades da sociedade foram-se agravando devido à crise económica internacional e ao seu impacto na economia nacional. Silves era então um importante centro corticeiro e a degradação da atividade industrial afetou gravemente as empresas e a numerosa mão de obra que empregavam, fenómeno que fatalmente se refletiu na degradação financeira da casa bancária, a qual acabou por suspender pagamentos em 3 de outubro de 1933.

Em consequência, a casa bancária foi mandada liquidar por portaria de 17/10/33 (Diário do Governo de 18), em que foi nomeado comissário do Governo António do Nascimento, o qual tomou posse a 23. Inicialmente, os credores terão elegido por unanimidade, para os representar na comissão liquidatária, João José Duarte, pessoa muito respeitada nos

meios locais, mas este acabou por ser afastado por pressão do Subsecretário de Estado das Finanças, fundada em razões políticas. Por fim, a comissão liquidatária ficou constituída pelo comissário nomeado pelo Governo e pelos vogais Manuel Guerreiro, em representação dos credores, e António Lourenço Marques, pelos sócios (portaria de 6/2/34, publicada no DG de 8).

O prazo inicial de liquidação foi prorrogado por portarias de 13/3/35 e de 19/2/36; esta última extinguiu a comissão liquidatária e transferiu os respetivos poderes para o comissário do Governo; seguiram-se novas prorrogações do prazo de liquidação até 10/4/37 (portarias de 8/9/36 e 2/3/37).

O anúncio de que se encontrava “satisfeito o passivo social” (?) foi publicado no Diário do Governo, II Série, de 11/4/39 e no “Correio do Sul”, de Faro, em 9/4/39, após o que o comissário do Governo foi exonerado, depois de aprovadas as contas (portaria de 15 de Junho de 1939, publicada no DG de 19). Cinco anos depois da constituição da comissão liquidatária!

J. Cansado & Comt.^a, Tavira

Não foi possível obter qualquer informação sobre a constituição, sócios e objeto social desta sociedade comercial, salvo que foi uma casa bancária qualificada de “clandestina” e que o processo de liquidação correu nos termos a seguir indicados.

Suspendeu pagamentos em 21 de outubro de 1935, e, por portaria de 27/5/36, foi nomeado comissário do Governo o licenciado José Valeriano da Glória Pacheco. A seguir, por portaria de 2/7/37, foi mandado proceder à liquidação dos bens dos sócios da firma, em tanto quanto necessário para solver os compromissos daquela, e, por portaria de 27/7/37, foram confirmados os vogais da comissão liquidatária: João da Costa Simplício,

pelos credores, e Pedro Lopes Mendes, pelos sócios. Estes tomaram posse em 17/8/37.

O prazo inicial de liquidação foi prorrogado até 17/2/39 (portaria de 22/8/38) e até 17/8/39 (portaria de 9/3/39). Por portaria de 24/8/39 (DG de 28), foi extinta a comissão liquidatária, cujas funções passaram para o comissário do Governo, e o prazo de liquidação foi alargado até 17/11/39; portarias subsequentes (de 12/12/39, de 1/3/40, de 24/5/40) prorrogaram o prazo de liquidação até 17 de fevereiro de 1941. Mais de três anos e meio depois de ter sido ordenada a liquidação!

Com início em 22 de julho de 1940, houve um pagamento aos credores comuns, em primeiro rateio de 10%. Falta informação sobre qualquer rateio adicional, mas crê-se que os credores tenham suportado prejuízos bastante graves.

J. & F. Mendonça, Olhão

As origens da sociedade J. & F. Mendonça remontam a 1865, mas esta só foi constituída por escritura pública de 24 de julho de 1903, sob a forma de sociedade comercial em nome coletivo, com a denominação J. & F. Mendonça. Eram sócios José Guerreiro Mendonça e Francisco Xavier Mendonça, com a quota de quinhentos mil reis cada, e o objeto social consistia no negócio de comissões, consignações, importações, exportações, assim como outras operações comerciais, industriais ou financeiras que os sócios entendessem fazer.

Nos primeiros anos do século XX a sociedade já representava várias instituições bancárias, a par de desenvolver atividade como produtor de sal, agente de seguros e negociante. De entre as várias instituições financeiras que representou salientam-se o Banco de Portugal, o Banco Aliança, o Banco do Alentejo, o Banco Comercial de Lisboa e o Banco Nacional Ultramarino, com os quais terá mantido sempre uma relação de continuidade.

Em 15 de novembro de 1926, os sócios alteraram o pacto social da sociedade e, em 9 de março de 1929, requereram autorização para a criação de uma casa bancária. Obtida a autorização (portaria de 22 de abril de 1929), foi constituída a casa bancária com a denominação J. & F. Mendonça e o capital social de 100.000\$00 (ouro).

Segundo Artur Barracosa Mendonça, o principal responsável pela criação desta Casa Bancária era irmão do político e militar olhanense João Carlos Mendonça (1881-1938), que foi presidente da Câmara Municipal de Olhão a partir de 1923. (*Dicionário de História Empresarial Portuguesa ...*, vol. I, *Instituições bancárias*, AAVV, coordenação de Miguel Figueira de Faria e José Amado Medes, ed. Imprensa Nacional-Casa da Moeda e UAL, Lisboa, 2013, p. 527).

Tal como sucedeu com as demais, também esta casa bancária foi apanhada pela crise económica e financeira internacional iniciada em 1929. Em 1932, foi alvo de inspeções e, em 30 de janeiro de 1936, suspendeu pagamentos. Seguiu-se a nomeação de João da Rocha Cardoso como comissário do Governo (portaria de 16 de março de 1936) e, em portaria de 15 de maio seguinte, foi decretada a imediata liquidação da firma. Para coadjuvarem o processo liquidatário, uma portaria de 16 de outubro de 1936 confirmou a escolha dos vogais representantes dos credores (António dos Reis Almodôvar) e dos sócios (Joaquim Duval de Sousa Pestana), os quais tomaram posse em 19 desse mês.

O prazo de liquidação foi depois prorrogado até 19/4/38 (portaria de 13/12/37) e até 19/10/38, (portaria de 9/5/38).

Em outubro de 1938 teve lugar o primeiro rateio, no valor de 6% dos créditos, e em 28 de novembro foi extinta a comissão liquidatária, passando as suas funções para o comissário do

Governo, com nova prorrogação do prazo de liquidação até 31/3/39. Seguiram-se ainda outras prorrogações até 31/1/41 (portarias de 14/5/39, 12/8/39, 17/11/39, 21/2/40, 24/7/40 e 21/11/40).

Em 12/12/39, o comissário do Governo comunicou à Inspeção do Comércio Bancário o pagamento de um novo rateio aos credores correspondentes a 3%.

Não foi possível confirmar se houve novos pagamentos, mas, no Arquivo Histórico do Banco de Portugal, existe uma caixa com documentação em que é referido o “depósito do remanescente da liquidação na Caixa Geral de Depósitos, ...” e a sua “distribuição ... por obras sociais da região algarvia”. À primeira vista, parece que foi possível reembolsar os depositantes, mas não se crê que isso tenha sucedido. E estes tempos de pandemia não permitiram aprofundar a pesquisa.

Só em 31 de maio de 1947 deram entrada na Inspeção do Comércio Bancário o relatório final e as contas da liquidação, mas esta só foi dada por concluída em 23 de janeiro de 1951, com a aprovação das contas e a exoneração do Comissário do Governo. Decorreram quase 15 anos entre a suspensão de pagamentos e a aprovação das contas de liquidação!

Este processo terá sido extremamente complexo, visto que se prolongou por muito tempo e desencadeou muitas polémicas, boatos e suspeitas. Nada de novo, aliás, à luz do que a experiência vem demonstrando até aos dias de hoje.

Matos & Baião, Faro

Das casas bancárias existentes na capital algarvia, foi a primeira a ser criada. Constituída por escritura de 2 de setembro de 1915, com sede na Rua do Lethes, em Faro, foi dotada de um capital social inicial de 100.000\$00. Tinha por objeto o exercício de operações bancárias, podendo exercer qualquer outro ramo de

atividade desde que de comum acordo dos sócios. Foram sócios fundadores Virgílio Francisco dos Ramos Inglês, João Franco Pereira de Matos, Filipe César Augusto Baião, José Francisco Pereira de Matos, João Custódio da Rosa Cruz Baião e Manuel Evaristo Penteado.

A criação da casa bancária despertou muito entusiasmo nos meios locais e teve um início muito promissor. Em 1920, já dispunha de agentes em Loulé e Tavira. E, em março de 1925, os sócios requereram o registo da firma para o exercício do comércio bancário, nos termos estabelecidos no Decreto n.º 10474, de 20 de março de 1925, que fixava um novo quadro legal para o exercício da atividade, designadamente que nenhuma casa bancária poderia funcionar com um capital realizado inferior a 250.000\$00 (ouro).

O otimismo inicial e as perspectivas promissoras esfumaram-se poucos anos depois, face ao clima generalizado de desconfiança que pairava sobre as instituições financeiras nacionais em consequência da grave crise económica e financeira provocada pela Grande Depressão de 1929.

A casa Manuel Dias Sancho suspendera pagamentos em 4 de março de 1931 e uma auditoria efetuada nesse mesmo mês às contas da Matos & Baião evidenciou dificuldades de liquidez. Novas auditorias efetuadas em novembro de 1931 e setembro de 1932 confirmaram as preocupações, ainda que se tivesse verificado alguma recuperação. O diagnóstico das dificuldades foi reforçado em novas auditorias nos anos seguintes e, em 1939, a situação piorou.



À data da proclamação da República encontravam-se em circulação notas do Banco de Portugal com valores entre 500 e 100 000 réis, que só muito lentamente foram saindo da circulação, já com a aposição da sobrecarga "República" sobre a coroa real.

A nota de 1 escudo de 1920 (125 mm X 82 mm) foi emitida para reforço de uma anterior emissão de 1000 réis (ainda em circulação sete anos após a mudança oficial do real para o escudo) de forma a suprir a falta de moeda metálica no período final, e após a Primeira Guerra Mundial. Havia escassez de metais. Foi retirada da circulação em 1929.

As figuras alegóricas são as da Literatura na frente, e da Poesia no verso.

A primeira nota emitida em escudos data de 1913, com a figura de Alexandre Herculano, e o valor facial de 5 escudos. Inicialmente concebida para ser emitida com o valor de 5000 réis, prata, foi depois modificada para a nova unidade monetária. Entrou em circulação em 1914 e foi retirada em 1931.

Tanto a denominação popular em réis, como em contos de réis, a par dos escudos, perdurou por dezenas de anos. 1000\$00 (mil escudos ou na gíria, um conto de réis) equivalia a 1 milhão de réis.

Tal como sucedeu com a Casa Bancária Aníbal Martins Caiado, de que se falará adiante, tudo terminou com a incorporação da Matos & Baião no Banco do Algarve, em 1940, com a consequente transferência para este de todo o ativo e passivo daquela. Pouco depois (2 de outubro de 1921), o semanário *Correio do Sul* noticiava que a casa bancária havia inaugurado “as suas novas e luxuosas instalações, na rua de Santo António.”

Manuel Dias Sancho, Faro

Manuel Dias Sancho abriu a sua casa bancária em Faro, na Rua D. Francisco Gomes, em junho de 1921 (na altura, as casas bancárias não tinham de se constituir sob a forma de sociedade comercial).

Nos primeiros anos de atividade, a casa bancária registou um forte crescimento, suportado pelo considerável apoio prestado à indústria e comércio locais. Dado o sucesso do negócio e o ambiente favorável que então se vivia, Manuel Dias Sancho avançou com a abertura de uma primeira filial em S. Brás de Alportel, o que sucedeu em 1 de fevereiro de 1923. Tornou-se correspondente das maiores instituições financeiras nacionais na década de 20 e nomeou correspondentes em Lagos, Alcoutim, Alte e Tavira. Em 1930, ainda abriu uma filial em Loulé e chegou a nomear correspondentes em Paderne, Lagoa e São Marcos da Serra, passando a dispor de uma ampla cobertura regional.

A partir de certa altura, as coisas começaram a correr mal. A conjuntura favorável foi-se degradando devido às consequências económicas e financeiras provocadas pela “Grande Depressão”, e ao clima de pânico e desconfiança que acabaram por levar à queda de alguns bancos e de algumas casas bancárias da capital e do Porto com o inevitável efeito de contágio sobre as demais instituições. Os

rumores da fiabilidade do sistema bancário nacional originaram uma corrida aos bancos.

Instalada a crise económica e financeira, a casa de Manuel Dias Sancho começou a perder representações. Por outro lado, as dificuldades de colocação dos produtos no exterior causaram a paralisação do comércio da região e agravaram ainda mais a situação.

Mas será que Manuel Dias Sancho se encontrava, de facto, numa situação de insolvência ou foi vítima de uma cadeia de eventos que terminaram mal? Vale a pena referir, a este propósito, de forma muito sintética, a cadeia de eventos que, no quadro legal na altura em vigor, poderiam terminar com a liquidação administrativa (extrajudicial) e, em caso extremo, na declaração de falência de um estabelecimento de crédito:

1. As instituições cuja atividade compreenda a receção de depósitos devem dispor de disponibilidades de caixa numa determinada percentagem dos depósitos recebidos, para fazerem face aos levantamentos dos depositantes e a outras responsabilidades à vista.
2. Numa situação de crise, o comportamento natural dos depositantes é tentar obter o reembolso dos depósitos; os devedores, por seu lado, podem defrontar-se com dificuldades provocadas pela crise, ou aproveitar-se do clima gerado, para adiar ou evitar o pagamento das prestações vencidas de capital e juros.
3. Seguem-se as dificuldades de liquidez das instituições, salvo se puderem financiar-se no mercado interbancário ou alienar ativos de fácil liquidação, o que se torna muito difícil numa conjuntura adversa.
4. Sem a necessária liquidez, as instituições entram em suspensão de pagamentos.
5. Às instituições que suspendessem pagamentos era concedido o prazo improrrogável de 90 dias para se reconstituírem (art.º 1.º do Decreto n.º 19212, de 8 de janeiro de 1931); e era nomeado

um comissário do Governo, para funcionar junto da direção até resolução do estado de crise e restabelecimento das condições normais, ou pela abertura de falência (art.º 2.º do Decreto 19212 de 8 de janeiro de 1931 e art.º 61.º do Decreto 10634, de 20 de Março de 1925); 6. Findo o prazo de 90 dias sem que a instituição tivesse podido regressar ao funcionamento normal, o comissário do Governo informaria a autoridade competente (Inspeção do Comércio Bancário) de que não se encontravam preenchidas as condições de retoma da atividade normal, posto o que seria retirada a autorização para o exercício da atividade e ordenada a liquidação do estabelecimento (art.º 3.º do Decreto 19212); 7. Ordenada a liquidação, era formada uma comissão liquidatária, constituída pelo comissário do Governo, que presidiria, e por um representante dos credores e outro dos sócios ou acionistas (artigos 3.º e 5.º do Decreto 19212); representantes esses que careciam de confirmação do Ministro das Finanças (§ 6.º do art.º 5.º do Decreto 19212). 8. Se a comissão liquidatária concluísse que o ativo da instituição era inferior ao passivo, teria de requerer ao tribunal competente a falência do estabelecimento, sem prejuízo de continuar a liquidação extrajudicial (art.º 23.º).

Não surpreende, por isso, que, incapaz de satisfazer os seus compromissos, a casa bancária tenha suspenso pagamentos em 04

de março de 1931 e, em portaria de 10 de março (Diário do Governo, II série, de 12 de março de 1931), tenha sido nomeado um Comissário do Governo para acompanhar a gestão da casa bancária (Bernardo Jacinto Júnior), o qual pediu escusa, sendo nomeado em sua substituição José Joaquim Serra Pereira por portaria de 21 de março, no Diário do Governo do dia 28.

Em 30 de março de 1931, ainda houve uma tentativa de fusão desta casa bancária com duas outras, (a Dias, Costa & Costa, de Lisboa, e a Ventura, Coelho, Counhago & Companhia, com sede no Porto), mas a operação não foi autorizada superiormente.

Depois, numa reunião realizada em 11 de maio, foi decidida a reconstituição da casa bancária através da sua transformação num banco regional. Foi aí que se iniciou o processo que resultou na criação do Banco do Algarve, constituído por escritura de 18 de março de 1932.

Segundo se conta, alguns clientes da casa bancária (os que não participaram no acordo de credores, nem o aceitaram) ter-se-ão sentido ludibriados neste processo. Não excluindo embora essa possibilidade, o que parece mais credível é que os problemas tenham resultado das terríveis condições conjunturais, de uma possível gestão pouco prudente e de alguns investimentos demasiado ambiciosos.

Contra a tese de uma possível situação de



Moeda de 1 escudo, em prata 835 0/00, cunhada em 1914, com 37 mm de diâmetro e peso de 25 g, comemorativa do 5 de outubro de 1910.

Equivalia a 1000 réis. Foi das primeira moeda de escudo a entrar em circulação. É considerada uma das mais belas moedas portuguesas.

A frente, "Alvorada", é da autoria de Francisco dos Santos e o verso, "Escudo", de Simões de Almeida (sobrinho). Foram gravadas por Alves do Rego.

A primeira emissão, de 1914, foi de 1 milhão de exemplares. Foi cunhada até 1917.

solvência de Manuel Dias Sancho e da sua casa bancária, militam o facto de os credores terem aceiteado um acordo que reduzia a 60% o pagamento real dos seus créditos e o de Maria de Brito Sancho, a esposa de Manuel Dias Sancho, ter interposto na comarca de Lisboa, uma ação judicial de separação de bens, com fundamento em que, achando-se casada em regime de comunhão de bens, se encontrar em manifesto perigo de perder quanto era seu, em virtude da má administração do marido. Contudo, apesar de decretada a separação de bens por sentença de 30 de Junho, a sua execução acabou por ser sustada ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 24.264, de 31 de Julho de 1934, que declarou sem efeito as decisões sobre bens quando se provasse que, à data em que foram proferidas, já um dos cônjuges ou ambos tinham caído no estado de cessação de pagamentos. Não deixa de ser curiosa a inserção desta norma, com efeito substancialmente retroativo, incluída num diploma publicado 1 mês depois da sentença, mas ainda a tempo de evitar a respetiva execução. Nessa altura, porém, havia outros estabelecimentos de crédito em liquidação. Anormal é também a publicação sucessiva de vários diplomas sobre a mesma matéria, num espaço de tempo relativamente curto. Admite-se, contudo, que tal tivesse sido produto da situação de crise que se vivia, das frenéticas alterações conjunturais e de muita ação nos bastidores, como é normal nestes casos, circunstâncias que impunham uma resposta urgente e terão colocado sob forte pressão os decisores políticos, que nunca tinham vivido experiências semelhantes.

Tudo muito confuso, mas nada de muito diferente do que, com frequência, tem sucedido nos processos de liquidação ou de reorganização (nalguns casos com recurso à fusão) de instituições de crédito, que

terminaram com a frustração das expectativas dos lesados.

Aníbal Martins Caiado, Faro

Aníbal Martins Caiado, oriundo do Alportel, comerciante estabelecido em Faro e detentor de um valioso património rústico, foi um dos principais sócios da corticeira Francisco Martins Caiado & Cª Lda., com sede na capital algarvia. Em 16 de outubro de 1928, requereu autorização para a criação de uma casa bancária sediada em Faro, com fundamento na necessidade de responder aos anseios de uma boa parte da população da região, colmatando assim algumas lacunas de crédito que se verificavam junto do tecido empresarial algarvio. Concedida a autorização (portaria de 30 de novembro de 1928, publicada no Diário do Governo, II série, de 05 de dezembro), a casa bancária, com sede na Rua Conselheiro Bívar, 76-78, iniciou a atividade em março do ano seguinte, com um capital de 100 contos.

Deve ter tido um início auspicioso, porque, por despacho de 29 de junho de 1929, lhe foi concedida autorização para abrir uma filial em Loulé e, no decurso do ano de 1930, foi alargando a sua rede de correspondentes.

Em 1937 começaram os primeiros problemas, possivelmente agravados por razões de saúde do próprio Aníbal Martins Caiado. Este acabou por requerer autorização para o encerramento da filial de Loulé e, logo de seguida, suspendeu pagamentos e toda a atividade bancária.

Parece que não chegou a ser declarada a falência, e nem se sabe, ao certo, se chegou a ser constituída uma comissão liquidatária. Certo é que, a seguir ao encerramento da filial de Loulé, o ativo e passivo da casa bancária Aníbal Martins Caiado foram transferidos por incorporação no reconstituído Banco do Algarve que iria abrir uma filial nesta cidade.

Finalmente, em janeiro de 1941, Martins Caiado

requereu o cancelamento da licença para o exercício da atividade bancária e, por despacho de 30 de janeiro de 1941 (Diário do Governo da mesma data), a licença para o exercício da atividade bancária foi-lhe retirada.

A Criação do Banco do Algarve

O Banco do Algarve resultou da reconstituição da casa bancária Manuel Dias Sancho, que suspendeu pagamentos a 04 de março de 1931.

Como já foi referido, a suspensão de pagamentos desencadeou o mecanismo previsto no artigo 1.º do Decreto n.º 19212, de 8 de janeiro, que concedia à casa bancária um prazo improrrogável de 90 dias para se reconstituir, a contar da data da suspensão de pagamentos. Foi então nomeado um comissário do Governo para atuar junto da respetiva direção até à resolução da crise e restabelecimento das condições normais de funcionamento ou abertura de falência.

Talvez devido à complexidade do processo (mas também pode ter sido outras razões, que

não foi possível apurar), o primeiro comissário do Governo (José Joaquim Serra Pereira) foi exonerado após a constituição do banco, sucedendo-lhe João Duarte Cabral de Miranda (portaria de 4 de abril de 1932). Mais tarde, este também foi substituído por António Bandeira Garcez (portaria de 9 de agosto de 1934, no DG, II Série, do dia 11).

A reconstituição foi autorizada por Decreto de 02 de dezembro de 1931, publicado no Diário do Governo, II série, de 03 de dezembro, com base num acordo celebrado com os credores. Neste acordo foi estipulado que o capital social do banco seria de 6 923 000\$00, montante posteriormente reduzido para 5 000 000\$00, por se terem reconhecido erradas as bases anteriormente aprovadas.

Todavia, a decisão final sobre o acordo de credores só foi tomada numa reunião realizada em 11 de maio de 1932, depois de as bases definitivas terem sido aprovadas numa assembleia geral realizada em 7 de março.



No essencial, o acordo estabelecia que:

A casa bancária seria transformada em sociedade anónima de responsabilidade limitada, sob a denominação Banco do Algarve, com o capital social de 5.000 contos, dividido em 50.000 ações do valor nominal de 100\$00 cada, todas liberadas e representadas pelos bens e valores que constituíam o ativo de Manuel Dias Sancho e da respetiva casa bancária, com o encargo do pagamento do respetivo passivo;

O pagamento real aos credores seria de 60% dos respetivos créditos;

Os credores que aceitassem o acordo receberiam, consoante o montante do crédito, ações do Banco do Algarve correspondentes a entre 53,5289% e 35,6858%, e o restante seria pago em dinheiro correspondente a entre 16,4711% e 24,3142% de cada crédito, dividido em 3 prestações iguais, vencíveis a 6, 8 e 18 meses, contados da data da outorga da escritura de reconstituição do Banco, se as possibilidades deste o permitissem;

Os credores não aceitantes receberiam 40% dos seus créditos, em três anos e em três prestações, a primeira de 20%, a segunda de 30% e a terceira de 50% dos créditos assim reduzidos, sendo permitida a antecipação de pagamentos.

Em 1934, foi paga a última prestação aos credores privilegiados e, por portaria de 9 de agosto desse ano, o comissário do governo é substituído a seu pedido por António Bandeira Garcês que se manterá em funções até ser exonerado por uma portaria de 31 de maio de 1935 (DG da mesma data), com fundamento no facto de o Banco ter cumprido todas as obrigações.

O projeto de estatutos do Banco do Algarve foi aprovado por despacho do Subsecretário de

Estado das Finanças de 17 de março de 1932 e a escritura de constituição do banco foi lavrada a 18 de março. A gerência da nova instituição foi entregue a uma comissão administrativa tutelada pelo comissário do governo.

Os primeiros tempos não foram nada fáceis. A liquidação da casa bancária, incluindo os bens próprios de Manuel Dias Sancho, passou por diversas adversidades, agravadas pela difícil conjuntura económica e pelos curtos prazos de liquidação previstos na lei, que terão dado azo a que os potenciais compradores dos ativos explorassem ao máximo todas as oportunidades proporcionadas. Como é natural, essas dificuldades refletiram-se na perda de capitais e de clientes por parte do Banco. Prova disso é o facto de, entre 1932 e 1938, o seu ativo ter descido de 11,3 para 6,8 milhões de escudos e de o capital social e fundos de reserva ter descido de 8 para 5 milhões de escudos.

Num processo paralelo, a Casa Bancária Ventura, Coelho, Counhago & Companhia, cuja tentativa de fusão com a casa Manuel Dias Sancho não foi autorizada superiormente, ainda conseguiu ser autorizada a reconstituir-se como Banco da Estremadura, sociedade anónima, com sede em Lisboa (decreto de 9 de janeiro de 1932, publicado no D.G. do dia 11). Todavia, este banco teve uma vida muito curta, pois, por portaria de 7 de abril de 1933, foi ordenada a sua liquidação, em virtude de lhe não ter sido possível ressarcir, nos termos que haviam sido estabelecidos, os credores que não aderiram ao processo de reconstituição, ao contrário do que sucedeu com a reconstituição da casa bancária Manuel Dias Sancho e criação do Banco do Algarve.

Com características tipicamente regionais, o Banco do Algarve só começou a crescer após a absorção da Casa Bancária Aníbal Martins Caiado em 1939, com abertura de uma filial em Loulé, e da Casa Bancária Matos & Baião, com a

abertura de uma agência, esta em Portimão.

Neste contexto não parece abusivo concluir que o projeto Banco do Algarve, acabou por ser a chave que permitiu resolver as dificuldades por que passaram as três casas bancárias após a Grande Depressão. Terá a criação do Banco do Algarve envolvido alguma “engenharia financeira”, como se costuma dizer nos dias de hoje?

Agora noutro registo, a verdade é que o Banco do Algarve vivia tempos de franco crescimento, quando, em 6 de outubro de 1959, inaugurou o novo edifício sede em Faro; na década de 60, o pacto social foi alterado várias vezes e os aumentos de capital fortaleceram a solidez da instituição; o capital social foi elevado para 10.000 contos em 1962, em 1965 situava-se nos 12.500 contos e, no princípio da década de 70, aumentou para 50.000 contos. Chegou a deter importantes participações em diversas empresas da região, nomeadamente na Companhia de Pescarias do Algarve, na Companhia de Seguros Ourique e na sociedade turística Lusotur – Sociedade Financeira de Turismo, SARL, entre outras. Em 1971, as suas ações foram admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Lisboa e, em abril de 1972, abriu uma agência em Lisboa. As ligações com o Brasil foram fortalecidas, tendo por parceiro um dos maiores bancos daquele país, a União de Bancos Brasileiros, com participações recíprocas no respetivo capital social.

Como é sabido, o Banco do Algarve foi nacionalizado em 14 de março de 1975 e depois incorporado no Banco Português do Atlântico, conjuntamente com o Banco Fernandes Magalhães, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 1977.

Por sua vez, o Banco Português do Atlântico foi adquirido pelo Banco Comercial Português em 1995, no âmbito do processo de reprivatização do sistema bancário então em curso, posto o

que foi incorporado por fusão na instituição adquirente, conjuntamente com o Banco Mello (escritura de 23 de junho de 2002).

Hoje, os maiores acionistas do BCP são os chineses da Fosum, (29%) e os angolanos da Sonangol (19%). Não é este o final da história que gostaria de ter contado.

Fontes principais:

Arquivo Histórico do Banco de Portugal

Maria João Raminhos Duarte Silves e o Algarve Uma História de Oposição à Ditadura, Edições Colibri, Lisboa, julho de 2010

Artur Barracosa Mendonça Contributo para a História da Expansão do Sistema Bancário no Espaço Regional (1874-1930), Comunicação de ao XXXI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, Fac. de Economia da Univ. de Coimbra, 18 de novembro de 2011.

Artur Barracosa Mendonça in Dicionário de História Empresarial Portuguesa, Sec. XIX e XX, vol. I Instituições Bancárias, coordenação de Miguel Figueira de Faria e José Amado Mendes, UAL/INCM, Lisboa, dezembro 2013.

Artur Barracosa Mendonça in As Engrenagens do Tempo Visão Social de 30 Anos de História de São Brás de Alportel, coordenação de Emanuel Sancho e Ana Lourenço junho 2016, Casa da Cultura António Bentes/Museu do Traje, São Brás de Alportel, 2016

Legislação da época.

Algumas notas pessoais dispersas

Por Virgílio Gonçalves Martins

História do Externato de S. Brás

Casas com história e histórias por contar



Frente da casa onde funcionou o 1.º Externato de S. Brás. Desenho a lápis, 1960 autor José Amândio

Breve história de um acontecimento que instalou, definitivamente, em S. Brás de Alportel, as bases do futuro e do conhecimento global.

No Terreiro, frente à Igreja Matriz, uma casa ocupa todo o horizonte para os lados do sol-posto.

Exibe uma elegância sóbria de pormenores, distinta e com muita personalidade, pelas

muitas vidas que nos seus longos corredores, sonharam melhores dias para os são-brasenses, para o país e para o mundo.

Por esta casa, passaram diversas gerações, donde destacamos, o Dr. Silva Nobre, Roberto

Nobre, António Rosa Brito, Virgílio Passos e Rosalina Passos, com seus filhos Joaquim e Angelo Passos, entre outros.

Há muita memória e cultura nas memórias desta casa.

Soltamos a memória pelos corredores da casa. Saímos. Sentamo-la no banco de pedra donde se avista a cidade de Faro, o mar e os montes que separam as campinas do barrocal. Uma vez aí, a memória obriga-nos a respirar fundo. Diante da paisagem, o amor e a nostalgia transportam-nos para o ano de 1958. Chegou uma nova escola para os 1.º e 2.º ciclos do ensino liceal, o *Externato de S. Brás*.

Porém, recuemos um pouco no tempo, para melhor compreendermos como eram ministradas as aulas desses 1.º e 2.º ciclos, nesses saudosos tempos.

No início dos anos 50 já existia um núcleo restrito de professores que colocavam o seu saber ao serviço dos jovens são-brasenses, o que lhes permitia concluir, perto da família, uma etapa importante dos seus estudos. A partir do 5.º ano (hoje 9.º) para prosseguirem, era obrigatória a frequência do 6.º e 7.º, no Liceu Nacional de Faro.

Esse ensino secundário dos primórdios era, a bem dizer, particular e quase familiar em S. Brás.

Funcionava e funcionou, no meu tempo, anos letivos 1955/56 e 1956/57, num compartimento existente no quintal da casa do Sr. Jorge Gouveia, funcionário da Câmara Municipal e professor.

Os estudantes do 1.º ao 5.º ano, neste ensino particular, tinham possibilidades de se preparar para os exames no Liceu Nacional de Faro que tinham lugar no 2.º e nos 5.º anos (hoje 6.º e 9.º anos).

Era obrigatório que tivessem um encarregado/a de educação com habilitações adequadas e suficientes. Era este/a responsável

pela proposta do aluno a exame.

Os conhecimentos, porém, eram transmitidos ao longo de cada ano letivo, através das aulas dos Mestres de então, Srs. Jorge Gouveia e Padre António Inácio.

A minha encarregada de educação foi durante dois anos a encantadora Dra. Maria Eleutéria Neves Pereira, farmacêutica, conhecida em todo o concelho por “Menina NINI”, entretanto falecida.

Outros alunos socorriam-se da amabilidade da Dra. Maria Francisca Dias Neves, também farmacêutica, e também conhecida carinhosamente em todo o concelho por “Menina CHICA”, felizmente ainda viva.

Batia à porta o ano letivo 1958/59, quando este estado de coisas sofreu um violento abanão, com a entrada em ação do casal Dra. Bernardette Romeira e seu esposo, o Maestro José Belchior Viegas.

Este casal teve a brilhante ideia de instalar em S. Brás um colégio particular, como já acontecia em Olhão, também da sua iniciativa, com o Externato João Lúcio.

Um colégio particular, uma inovação na nossa pacata terra, a que deram o nome de Externato de S. Brás, para dar corpo às aspirações dos pais são-brasenses. O ensino de proximidade era essencial para alcançarem um futuro melhor para os seus filhos, já que, para a grande maioria da geração anterior isso não tinha sido atingido.

Agora, tinham muita esperança que a formação dos jovens estudantes melhoraria muito.

Quando refiro estudantes, ou alunos, refiro-me, sempre, a rapazes e raparigas para que não restem dúvidas.

Era hora de agarrar a oportunidade e seguir o mesmo rumo com uma melhor frota. Os filhos poderiam estudar perto de casa. Não haveria que pagar a renda de um quarto ou de uma

casa em Faro.

Também deixariam de ser necessárias as deslocações diárias, S. Brás - Faro- S. Brás, na “camioneta dos estudantes”, para frequência do ensino liceal oficial.

Terão sido ponderadas outras hipóteses

No entanto, a escolha da casa para a instalação do primeiro colégio particular, O Externato de S. Brás, decidida pelo casal, ansioso e determinado - Bernardette e José Belchior - recaiu num local de cultura, precisamente naquela casa da R. Dr. Vitorino Passos Pinto, 27, no Terreiro (pra os mais velhos), frente à Igreja Matriz e que já tinha sido morada de poetas, de uma escultora, de um cineasta e ilustrador, de pintores e tinha ainda sido a Escola das Órfãs, no tempo da 1.ª República.

Em 1958, os residentes e proprietários da casa, Sr. Pedro Nascimento Guerreiro e esposa Sra. D. Maria da Ascensão Leonardo Guerreiro, concordaram de imediato com a ideia de a deram de arrendamento, para aí ser instalado o progresso e foram residir com os três filhos para outra casa na R. Dr. José Dias Sancho.

Acertadas as formalidades e as necessárias adaptações, o *Externato* iniciou as aulas no ano letivo de 1958/59.

Num gesto digno de louvor, o Sr. Jorge Gouveia e o Sr. Padre Inácio, foram integrados no corpo de professores do *Externato*.

Nos anos letivos seguintes, surgiram novos professores: o Dr. José Louro, um homem amante do Teatro e da Filosofia que veio a ser diretor do Teatro das Figuras; o professor António Joaquim Gil, professor de Matemática e de Física e Química, um verdadeiro “homem das arábias”, apaixonado pelo Benfica. Já entrado nos anos, foi Solicitador com escritório em Faro; O professor Moreira assegurou também as aulas de Português e o Dr. Teixeira Marques dava aulas de Francês. Foi professor de História o Sr. Padre Rosa, Pároco de Santa

Bárbara de Nexe, ao tempo, e, mais tarde, em Tavira.

Professores e alunos constituíram uma grande família, onde não havia distâncias, mas havia respeito. Nunca houve medo de nos aproximarmos do professor para esclarecer dúvidas, ou pedir ajuda por algum motivo.

Foram laços familiares que se estabeleceram e que perduraram até à partida deste mundo desses paternais professores. infelizmente, todos os professores, dessa grande família, já partiram. É com imensa saudade e ternura que os recordamos e recordamos esses tempos. Fomos seus discípulos e eles foram professores e muito nossos amigos. Somos os homens que eles ajudaram a formar. Merecem um sentido e enorme OBRIGADO, da geração de são-brasenses que se fizeram homens e mulheres nas suas aulas.

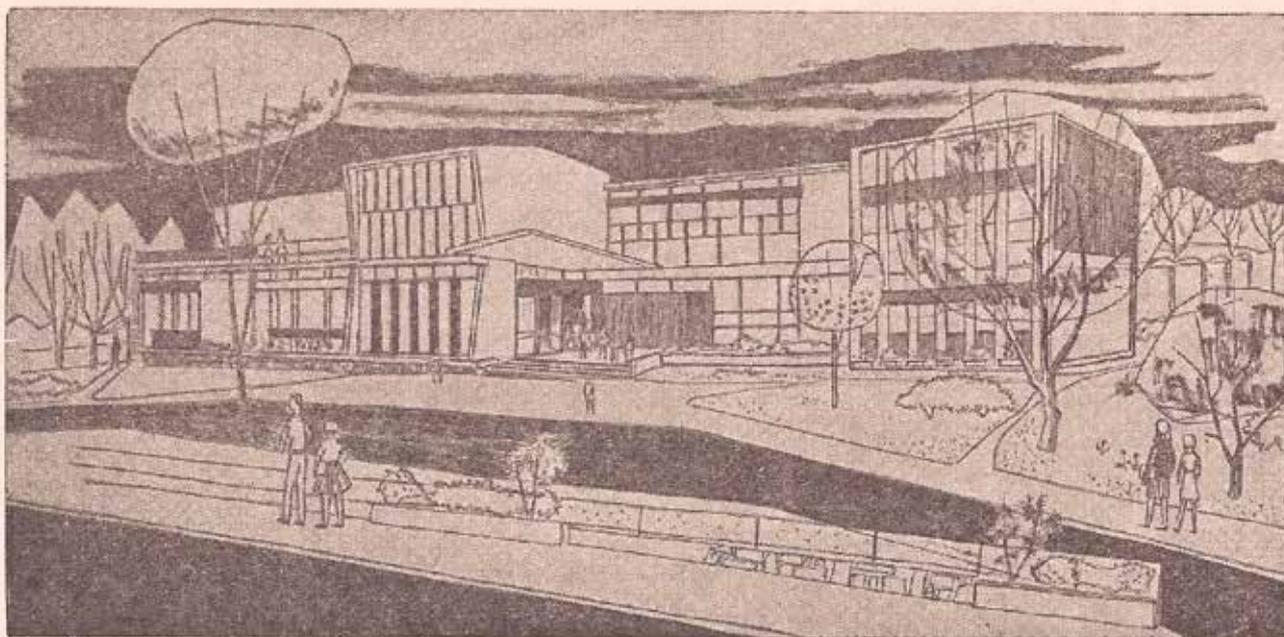
Os alunos do *Externato* iam fazer exames finais no 2.º e 5.º anos, ao Liceu Nacional de Faro.

A professora do ensino básico, Sra. D. Zezinha, que antes ensinava na sua casa de S. Romão, também foi integrada no *Externato*.

Com o êxito do *Externato*, o casal Dra. Bernardette e Maestro José Belchior, não pararam. Desenvolveram, de imediato, o projeto para a construção de um novo *Externato*, adaptado de raiz às novas exigências e à função maior de educar.

No Terreiro, R. Dr. Vitorino Passos Pinto, 27, o *Externato* funcionou nos anos letivos de 1958/59, 1959/60 e 1960/61.

O novo *Externato*, em edifício concebido especialmente para o efeito é hoje a *Escola Secundária José Belchior Viegas* e iniciou a sua atividade letiva no ano de 1961/62. sempre sob a batuta do nosso incansável, divertido e amigo Maestro José Belchior Viegas e com a força e determinação da sua inseparável esposa Dra. Bernardette Romeira.



FACHADA NORTE DAS INSTALAÇÕES DESTES EXTERNATO

Fachada Norte do novo Externato de S. Brás. Uma antevisão do arquitecto que concebeu o projecto

Por estas plataformas de lançamento de novas vocações, passaram muitos filhos desta terra com sucesso nas mais diversas áreas. Podemos encontrar hoje alunos e alunas desse *Externato*, a desempenhar as mais diversas profissões: médicos, economistas, engenheiros civis, eletrotécnicos e agrónomos, técnicos de som, locutores da rádio, empresários, industriais, licenciados em direito, advogados, professores do ensino básico, professores do ensino secundário, trabalhadores qualificados da TAP, funcionários públicos, bancários, enfermeiros, oficiais e sargentos das forças armadas, emigrantes de sucesso e até um Comendador.

Fico por aqui, mas outros haverá certamente. Pelo que foi enumerado, poder-se-á ter uma ideia dos resultados deste *externato* que tudo mudou, para melhor. Todos reconhecem o valor do ensino ministrado no *Externato*, que lhes forneceu as técnicas para voarem mais alto, lhes deu asas e os pôs a voar na altura certa e, sem hesitar, voaram e foram longe no seu percurso de vida.

Creio que todos estamos gratos por esses tempos, por esse ensino e por termos feito parte, neste presente, desse passado. Desse passado que nos ensinou a ter sempre os olhos postos no futuro e no apego à vida.

Com nova casa, após o ano de 1962, o *Externato* continuou a sua missão de ensinar as novas gerações e foi-se adaptando à evolução dos tempos. Depois do 25 de Abril de 1974 passou a escola pública, a *Escola Secundária José Belchior Viegas*.

É este o breve resumo que pretendo deixar, para memória futura, do começo, salvo melhor opinião, da segunda revolução cultural do século XX, desencadeada nesta pacata terra que muito amamos e que queremos ver sempre num patamar superior, em todos os campos, com o contributo de todos os homens de boa vontade.

Por José Amândio Afonso Pereira

Celebrar Estanco Louro

“Um homem à frente do seu tempo”



Busto de Estanco Louro desenhado em 1941 pelo pintor Raimundo Machado da Luz (1903-1985)

Parece não ter havido limites para a paixão de Manuel Francisco do Estanco Louro pelas suas gentes. A sua história, a sua cultura, o seu falar, o seu acreditar, o seu trabalho, a sua comida, tudo, ou quase tudo, o que temos vontade de

saber sobre os alportelenses no início do século XX, se encontra descrito, analisado e comentado n' *O Livro de Alportel*.

Aproximamo-nos da celebração dos quase 100 anos do término deste trabalho e publicação da sua 1ª edição. Embora concluído em 1925 este trabalho só viria a ser divulgado nos anos de 1928 e de 1929, em dois volumes do Boletim do Ministério da Agricultura, edição esta que constitui atualmente uma raridade(1). No próprio ano de 1929 a Editora Sá da Costa publica esta obra num só volume(2). Adormecida durante quase 60 anos, começou a respirar e a ter o seu efeito multiplicador através de mais duas edições: uma em 1986 e outra, dez anos depois, em 1996. Ambas sob a chancela da Câmara Municipal de S. Brás de Alportel(3).

Constitui, a obra maior do patrono da Biblioteca do nosso Concelho e, sem dúvida, um instrumento de divulgação e valorização do nosso património de saberes. E o que poderemos colher dela no tempo presente? É esta a reflexão que proponho neste artigo sobre o seu legado, enquanto fator identitário do nosso concelho e, simultaneamente, salientar o seu pioneirismo que o torna um autor sempre atual.

Terá sido “um homem à frente do seu tempo”, como agora está na moda dizer-se! Chegou à vida e partiu no mês de setembro. Quase no equinócio do Outono(4). Simbolicamente, este facto poderá reproduzir no plano intelectual, o recolhimento e a quietude outonal, do meticoloso estudo da língua portuguesa, da “Alma Latina”(5) e do registo da realidade

alportelense no início do séc XX que caracteriza a obra de Estanco Louro. Tem-se falado muito do contributo desta obra, fundamental para o melhor conhecimento dos aspetos linguísticos e etnográficos do nosso concelho. Porém, reduzida atenção se tem dedicado ao conhecimento concreto do que ela contém para a caracterização das práticas agrícolas e alimentares do início do século passado.

Hoje e aqui, gostaríamos de destacar a atenção e carinho que dedicou aos aspetos da agricultura, e de todo o labor que vai dos campos ao prato, partilhado na refeição familiar. Traçou um retrato fidedigno de usos e costumes e reportou dados estatísticos e demográficos que ajudam a traçar o quadro de vida dos nossos antepassados, como as famílias se organizavam num quadro de economia de subsistência, tirando partido dos recursos do território.

Como falar da sua notoriedade de forma abreviada, para que seja possível perceber como viu os campos e a alimentação do seu Tempo?

O nosso ponto de partida, para esta celebração como temos vindo a referir é *O livro de Alportel*, o qual partiu da sua ideia de escrever um “livrinho que daria a conhecer a fala alportelense”. Isto passa-se por volta de 1912-1913. Entre o terminar das suas duas licenciaturas – filologia românica e direito – e os longos meses passados na Flandres no turbilhão da Grande Guerra”, a concretização desta obra só se tornou possível depois de “longa labuta de uma dúzia de anos, tão árdua quanto agradável”, segundo palavras do autor. E sempre, sempre, guiado por uma insaciável sede de justiça social.

Foi neste contexto de vontade, desejo e também adversidade, que Estanco Louro caracterizou o Concelho de Alportel, dando forma e significado aos aspectos identitários

dos alportelenses no início do século passado, através da publicação deste trabalho.

A sua sensibilidade e o seu olhar sobre a realidade, conseguem conferir uma intemporalidade às coisas que registou para nos transmitir. Os detalhes que capta com alma, com um sentido imaterial, eclético e rigoroso transportam-nos a um passado citando os relatos do Pe. Pereira da Silva referindo que “as vinhas de S. Brás produziam o mais excelente vinho, «de q. carregão as Embarcações, e mt^o que se conduz p^a as terras Campo de Ourique”. E logo mais adiante: «donde (S. Brás) sahe mt^a china(laranja) e limão de que carregão os ingleses p^a suas terras»”(6). Se nos dias de hoje a vocação para os citrinos persiste, já os campos que foram num passado recente de amendoeiras estão quase ao abandono. Pelo menos os das variedades autóctones de amendoeiras E não só. A grande diversidade de produções autóctones como pereiras, ameixeiras, figueiras...(7) está nos dias de hoje ameaçada de extinção.

Interpretando os documentos existentes, procurando outras fontes de informação, identificando, perguntando, observando e escutando, captando instantes, partilhando práticas da vida quotidiana e da vida social, o autor concebeu e concretizou esta obra com intenção de se candidatar às provas de Doutoramento na Faculdade de Letras. Estávamos em 1929. A viragem política da época não seria compatível, com a sinceridade deste trabalho, que tem tanto de belo e de rico, quanto de ousado e inquietante, para os poderes então instituídos. A audácia das suas interpretações, sobre as difíceis condições de vida dos seus conterrâneos, custou-lhe o elevado preço da anulação das provas.

Etnocentrismos pessoais, poderão sempre apontar-lhe lacunas. Faltará sempre qualquer coisa...o próprio autor, falando dos limites

práticos deste trabalho feito “à custa de carinho e canseira constantes” antevê que lhe surjam tantos aspectos que “lhe roçavam pelos dedos, ou que estiveram diante dos seus olhos, sem que por isso os arquivasse...”, mas tudo isso é absolutamente secundário, face à importância inequívoca desta obra.

Na diversidade de práticas e representações que registou sobre os alportelenses n’ *O Livro de Alportel*, merecem-nos destaque as questões que traçam o caminho dos alimentos “dos campos à mesa”. Trata-se de práticas agrícolas, práticas de conservação, de transformação dos alimentos bem como práticas culinárias e de comensalidade. Todas elas mereceram um estudo minucioso por Estanco Louro. De um lado a agricultura, os campos, a terra-mãe-alimentadora, do outro lado a “mesa”, elemento organizador e estruturante da vida familiar, da vida social. Entre um e outro, o imenso oceano do labor do semear, colher, secar, transformar, conservar, cozinhar, repartir. E este é um universo que atravessa toda a obra de Estanco Louro, interpelando-nos e responsabilizando-nos. A um tempo de saberes e de profissões artesanais “moleiros, forneiros, padeiros, lagareiros” (p.109), sucedeu a era das tecnologias e das indústrias agroalimentares”. Se no tempo de Estanco Louro “a subsistência era para muitos a substância da vida”, hoje em dia o comer e o beber voltaram a estar no centro das preocupações, por razões diferentes. Num caso por penúria, no outro, hoje, por excessos. Se em tempos se morria pelas doenças infectocontagiosas, no século XXI, acompanha-nos todo o espectro das chamadas “doenças da abundância”. Por quanto tempo?

As mais prementes questões do nosso

tempo, como a ecologia, a biodiversidade, a sustentabilidade e a necessidade de viver de acordo com os ciclos da Natureza levam-nos a estabelecer relações entre as práticas agrícolas e as práticas alimentares do tempo que foi o dele, o dos nossos pais, e as práticas contemporâneas que são as nossas. Como ressalta desta reflexão sobre a obra de Estanco Lourosomos naturalmente levados a *agir*. E nesta ação poderemos mais acertadamente valorizar o nosso património agrícola, paisagístico e alimentar, numa perspetiva do desenvolvimento local, sem esquecer os benefícios de viver de forma mais saudável e em harmonia com o meio ambiente.

Talvez estejamos a perder um capital cultural de saberes, de conhecimentos transmitidos oralmente durante tanto tempo. Séculos, milénios, quem sabe? Muito destes saberes foram esquecidos. Se não forem recuperados desaparecem. A experiência de vida contemporânea, as alterações que assistimos no campo da produção alimentar e os modos como utilizamos a terra, têm de ter em conta o que nos chega também através do testemunho de Estanco Louro, sobre tradições e práticas que contêm preciosas lições para um futuro de tempos tão incertos.

Hoje, a melhor homenagem que poderemos prestar à obra de Estanco Louro, será refletir na forma de lhe dar vida, reinterpretando-a e adaptando-a aos desafios dos dias de hoje. Enfim, trazendo-a para as nossas vidas! Saibamos, pois, divulgá-la e valorizá-la, adotando o que nela responde às necessidades contemporâneas.

Notas

(1) Na capa do 1º Volume, abaixo do título pode ler-se: “Premiado no Concurso de monografias” (Decreto de 17 de julho de 1909). Este 1º Volume inclui: Livro primeiro: A Geografia- Livro segundo: A História – Livro terceiro: A Vida Económica, Lisboa – Direcção Geral do Ensino e Fomento – 1928. O 2º Volume inclui: Livro quarto: A Vida Mental - Livro quinto: A Vida Social, Lisboa – Direcção Geral do Ensino e Fomento – 1929.

(2) O ano de 1929 foi fértil em publicações para Estanco Louro. Nesta 1ª edição, numa das primeiras páginas, podemos observar a profundidade do seu conhecimento da língua francesa e da gramática portuguesa através da obra publicada na Editora Sá da Costa. Com efeito, na segunda página pode ler-se a lista dos títulos deste autor: Do ensino da língua Francesa, em Portugal, especialmente na instrução secundária. (O que se tem feito – o que se deve fazer), Lisboa, 1919. Caderno de gramática Portuguesa. I -No vocabulário. Lisboa, 1927. O E e o I em Português. Lisboa, 1929. Gramáticos Portugueses do século XVI: F. de Oliveira, J. de Barros, P. M. de Gândavo, D. N. de Ledo. Lisboa, 1929.

(3) Referimo-nos às edições facsimile que foram levadas a cabo por iniciativa de João da Cruz, Presidente da Câmara de São Brás de Alportel entre 1977 e 1982 e, posteriormente uma outra edição sob a presidência municipal de José de Sousa Pires, que exerceu o cargo de 1990 a 2001. Obviamente que estas duas edições conferiram uma mais ampla divulgação à obra de Estanco Louro, facto este que devemos salientar em homenagem, também, à memória destes dois presidentes do município.

(4) Estanco Louro nasceu a 6 de setembro de 1890 e morreu a 21 setembro de 1953.

(5) Raízes da Alma Latina: A Riqueza, A Mediania, A Pobreza, O Urbanismo, O Rurismo. Coimbra, Editora Sá da Costa, 1929.

(6) Cf. pag p.131, ed. facsimile.

(7) Vide Levantamento do Património Vegetal Tradicional Cultivado no Interior Algarvio, “Colher para Semear – Rede Portuguesa de Variedades Tradicionais”, Figueiró dos Vinhos, 2011.

Por Maria Manuel Valagão

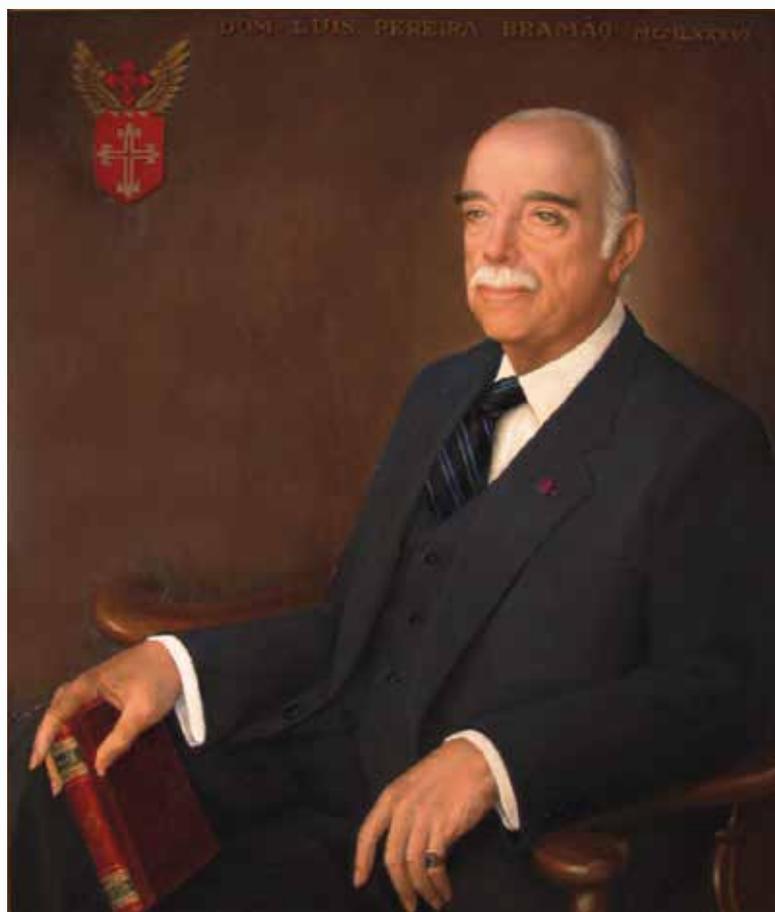


A ação mecénática de Dom Luiz Bramão em São Brás de Alportel

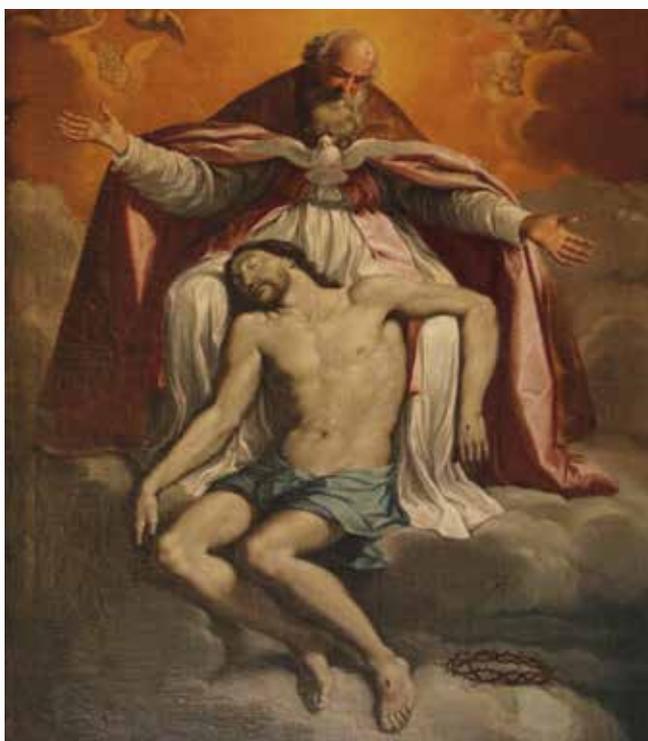
Poucos se recordarão de D. Luiz Bramão e de sua esposa Dona Karin Bramão. Os são-brasenses que tiveram a sorte do seu convívio, falam da sua modéstia de costumes, discrição e simpatia. São Brás de Alportel acolheu-os durante mais de 2 décadas onde habitaram uma residência monumental denominada “Flôr da Rosa”, situada no sítio do Corotelo.

Luiz Álvares Pereira de Sequeira Lamarão Bramão (1909-2007) formou-se em Ciências Naturais, Física e Química, pela Faculdade de Ciências de Lisboa. Foi investigador do Instituto Superior de Agronomia e diretor do Laboratório de Microscopia Eletrónica da Estação Agronómica Nacional. De entre uma longa lista de funções que exerceu foi coordenador do grupo de trabalho que elaborou a Carta de Solos do Mundo, ao serviço da ONU (FAO e UNESCO).

O Prior José da Cunha Duarte que havia chegado a São Brás de Alportel nos início dos anos oitenta do século XX estabeleceu um convívio de grande proximidade com o casal Bramão. Católico praticante, D. Luiz Bramão aprofundou a relação com São Brás de Alportel por via da sua proximidade à paróquia.



D. Luiz Bramão (1909-2007)



**Santíssima Trindade – pintura atribuída a Jusepe de Ribera, “O Spagnoletto” (1591-1652)
Escola Espano-napolitana do séc. XVII
Em exposição na Igreja Matriz de São Brás de Alportel.**

Nos primeiros anos da década de 90 do século XX, a instalação de um estabelecimento hoteleiro ruidoso nas proximidades da sua moradia, passou a perturbar o habitual sossego noturno do lugar. Também D. Luiz Bramão viu a sua saúde degradar-se. Em 1995, com a mesma quietude com que chegou e se instalou em São Brás de Alportel, assim partiu, indo estabelecer residência no Estoril. Aí viria a falecer no ano de 2007.

Numa época em que o património histórico deste Concelho é seletivamente delapidado, recordamos um outro tempo não muito distante, em que outros houve que, mesmo não sendo filhos da terra, a beneficiaram com seus recursos próprios.

A maior parte dos bens patrimoniais entregues por D. Luiz Bramão aos são-brasenses encontram-se em exposição pública na nossa Igreja Matriz e no Museu do Traje. De algum modo cumprem os desejos expressos pelo benemérito: o de ser investigado pelos estudiosos e usufruído pelos são-brasenses, turistas e visitantes em geral.

Originariamente, D. Luiz de Bramão ofereceu o quadro ao Museu do Traje, porque a sua esposa ficava muito sensibilizada quando o via. Mas o Museu, porém ainda não tinha condições para o receber porque estava em obras. Foi colocado na capela-mor da Igreja Matriz. O benemérito concordou e aguardava-se o restauro do Museu. Posteriormente, o pároco Pe. António Santos Moreira escreveu uma carta confirmando que o quadro estava guardado na igreja. Se não tivesse saído de São Brás, o benemérito estava disposto a dar mais ofertas para o museu, mas com uma condição de não saírem do museu para outro lado. (Tinha uma coleção de louça indo-portuguesa, estátuas e objetos romanos, livros, tapeçarias... Ofereceu ao Museu da Marinha de Lisboa a sua coleção de arte romana...que está em exposição permanente)..
Arquivo documental do Museu do Traje



São Brás, bispo. Escultura em pedra pintada. Séc. XVI.



São Brás, bispo. Escultura em pedra. Séc. XV.



Indumentária feminina que pertenceu a D. Sara Bramão (1883-1915), mãe de D. Luiz Bramão.



Colete de homem, c.1790.

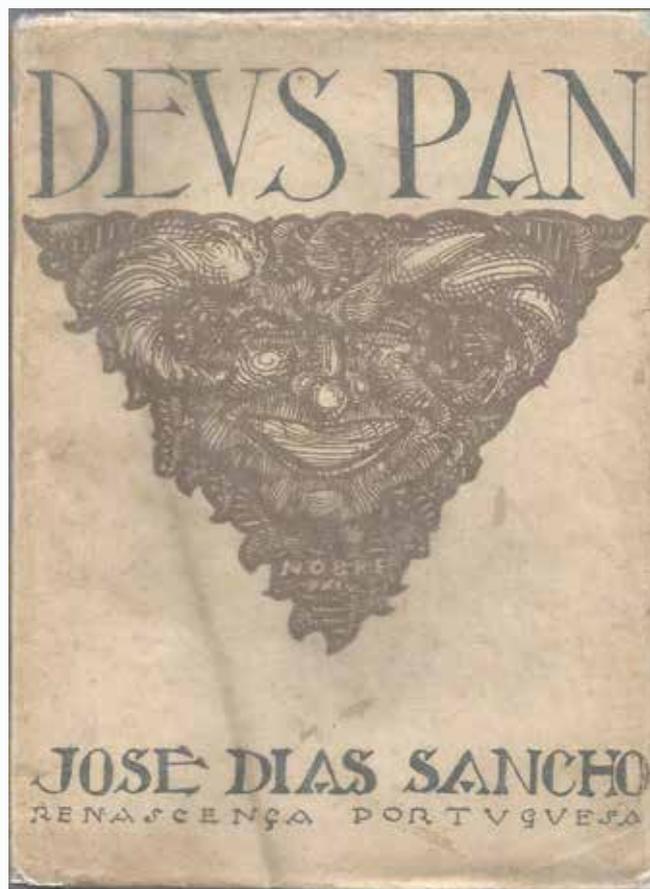
O U T R

O L L

LOS

SHARES

OS NOSSOS LIVROS



DEUS PAN, José Dias Sancho

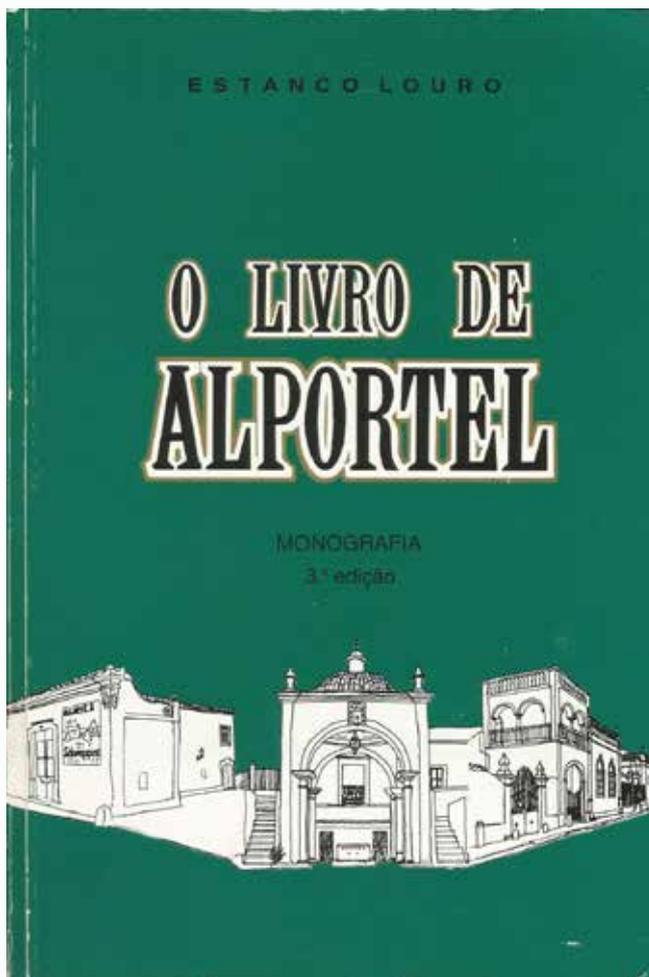
Porto, Renascença Portuguesa, 1925

Excelente conjunto de contos, onde de forma magistral, se recriam personagens típicas do nosso mundo rural, da vida quotidiana da vila e dos campos.

Com um vocabulário muito próprio e singular, são descritas, de forma superior, situações de verdadeira antologia etnográfica.

José Dias Sancho (1898-1929)

Foi advogado, jornalista, poeta, conferencista, crítico literário, caricaturista.



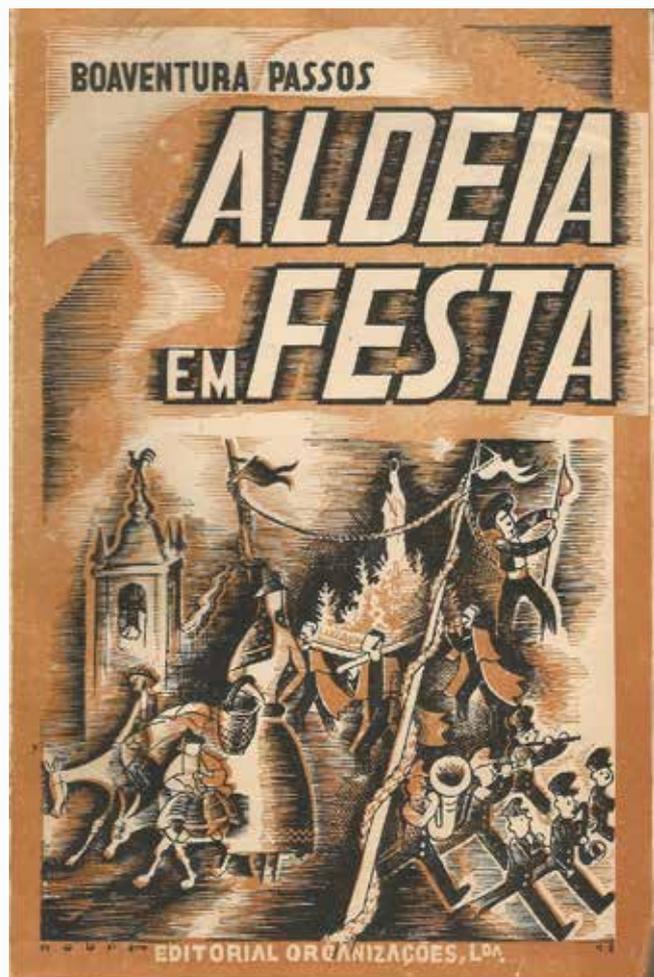
O LIVRO DE ALPORTEL – Monografia de uma Freguesia Rural – Concelho, M. F. Estanco Louro

C. M. São Brás de Alportel, 3.ª ed. , 1996

Decididamente a melhor monografia sobre um concelho algarvio. É considerado um estudo de referência no âmbito da etnografia. Muitas das propostas apresentadas para o desenvolvimento do Concelho ainda são atuais, quase 100 anos depois. Editado inicialmente num Boletim do Ministério da Agricultura em 1928/29, tem tido várias edições.

M. F. Estanco Louro (1890-1953)

Foi professor, investigador e etnógrafo. É o Patrono da nossa Biblioteca Municipal desde 8/11/2003.



ALDEIA EM FESTA, Boaventura Rodrigues Passos

Lisboa. Editorial Organização, 1942

Escrito em 1922, refundida em 1934 e editada postumamente em 1942, com capa de Roberto Nobre.

Obra dedicada ao pai, Bernardo Rodrigues Passos.

Define a sua vasta obra como «caricatura de uma sociedade nada conforme com o meu sentir».

Um retrato singular da vida em S. Brás de Alportel nas primeiras décadas do séc. XX.

Boaventura Rodrigues Passos (1890-1953)

Filho mais novo da ilustre família Passos, irmão do poeta Bernardo de Passos.

OS AUTORES DESTA EDIÇÃO



César da Luz Dias Correia

César da Luz Dias Correia nasceu no dia 1 de abril de 1935, em Santa Catarina da Fonte do Bispo, no concelho de Tavira. Tem uma vida dedicada ao desporto e ao associativismo. Desenvolveu singular atividade empresarial em São Brás de Alportel. Foi Treinador de Formação no F. C. Unidos Sambrazense e na União D. R. Sambrasense. Foi Árbitro de futebol Internacional UEFA e FIFA, Dirigente, Técnico e Observador de Árbitros da F.P.F. e Delegado da UEFA. Recebeu diversos Louvores, Medalhas, Insígnias e distinções a nível regional e nacional. Autor do livro "*da Rivalidade à União- História do Futebol em S. B. Alportel, 1913-1970*" a sair.

Emanuel Andrade Correia Sancho



Natural de Faro. Diretor do Museu do Traje de São Brás de Alportel desde 1996. Presidente da secção portuguesa do *MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia* e membro da direção da AGEAL - Associação de Gestores Culturais do Algarve. Integra o grupo coordenador da Rede de Museus do Algarve. Tem sido conferencista e autor de vários artigos na área da museologia social e história local.

Francisco José Dias Neves



Francisco José Dias Neves, nasceu em S. Brás de Alportel em 1934. Tem uma Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Teve um percurso profissional diversificado: General Motors; Hidroelétrica do Alto Catumbela e SMAE de Luanda (Angola); Federação de Municípios do Distrito de Faro; EDP.

Continua atualizado e atento aos acontecimentos políticos, sendo assinante de revistas da especialidade (IEEE).

Casado, com três filhos e dois netos. É colaborador do *Notícias de S. Braz*. Reside em Faro.



José Amândio Afonso Pereira

José Amândio Afonso Pereira, nasceu em 12 de março de 1944, numa casa do sítio da Mesquita Alta, freguesia de S. Brás de Alportel, concelho de Alportel.

Bancário, trabalhador estudante, Licenciado em Direito, pela Faculdade de Direito de Lisboa, em 1980. inscrito na ordem dos Advogados desde 16 de agosto de 1982, com escritório na R. de S. Luís, 60 – 4.º Esq.º, em Faro. Casado, reformado, reside no mesmo sítio e na mesma casa onde nasceu. Em homenagem aos seus antepassados, a quem muito deve, a casa é agora, o **Monte do Almeixar**.



José d'Encarnação

Professor catedrático aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na área de História Antiga e Arqueologia, nasceu a 24 de dezembro de 1944, no sítio do Corotelo. Vive em Cascais desde os 4 anos, para onde foi com os pais. Mantém estreita ligação com S. Brás, através de assídua colaboração na imprensa local: *Notícias de S. Braz* e, antes, no *VilAdentro*.

José do Carmo Correia Martins

Nasceu em São Brás de Alportel, em 1946. Licenciado em Economia com pós-graduação em Administração Hospitalar. Desempenhou vários cargos no Algarve em todos os Hospitais e na A R S Algarve. Aposentado. Desde 2015 que mantém uma colaboração regular com o mensário *Notícias de S. Braz*, contando com mais de cinquenta artigos sobre São Brás de Alportel. Tem dois livros publicados. Pela editora *Sul, Sol e Sal* tem para publicação *A Cortiça – São Brás de Alportel e o Algarve no Século XIX*.



José Manuel Antonino Belchior

José Manuel Antonino Belchior, médico, clínico geral, nasceu a 30 de março de 1954 em São Brás de Alportel, na mesma casa da rua Gago Coutinho onde tem exercido a sua atividade profissional em exclusividade privada, há 34 anos, acompanhado por outros colegas especialistas. Tem dedicado parte crescente do seu tempo livre ao colecionismo e à recolha de espólio, sobretudo em suporte de papel, sobre a sua terra. Desde jovem que se dedica ao jornalismo amador com artigos publicados em jornais locais e regionais.

Júlia da Graça Guerreiro Dias Neves



Júlia da Graça Guerreiro Dias Neves nasceu em 1943, em Vale de Galega, num monte do barrocal de São Brás de Alportel. Casada e mãe de três filhos e dois netos.

Licenciada em História. Lecionou, durante 36 anos, em Angola e em estabelecimentos de ensino de Olhão e de Faro. Colaboradora no *Notícias de S. Braz*.

Atenta às novidades literárias. Herdou do pai o gosto pela terra e pela culinária da sua mãe e avó.



Maria Manuel Valagão

Nasceu a 25 de setembro de 1946 em São Brás de Alportel, foi investigadora no Instituto Nacional de Recursos Biológicos (INRB) e professora no Instituto Superior de Ciências do trabalho e da Empresa (ISCTE).

Dedicou a sua investigação ao estudo das tradições alimentares mediterrânicas e à sua adaptação à modernidade. Tem trabalhos publicados nalguns países do Mediterrâneo: Portugal, Espanha, França, Itália, Grécia e Egito.

É investigadora no IELT (Instituto de Estudos de Literatura e Tradição – Patrimónios, Artes e Culturas) FCSH/Universidade Nova de Lisboa.

Virgílio Gonçalves Martins



Natural de S. Brás de Alportel, nasceu em janeiro de 1946, Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa. Foi Coordenador da área jurídica do Departamento de Supervisão Bancário do Banco de Portugal e Diretor do Departamento de Supervisão Bancária da Autoridade Monetária de Macau.

Foi também membro do Conselho de Justiça da Federação Portuguesa de Judo entre 1977 e 2012, tendo cumprido dois mandatos como presidente, e outros dois como vogal. Recebeu o Prémio Mérito Desportivo “Personalidade do Ano” da Confederação do Desporto de Portugal (2006) e a Medalha de Mérito da Federação Portuguesa de Judo (2009).

